

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE
DARCY RIBEIRO – UENF
CENTRO DE CIÊNCIAS DO HOMEM - CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA -
PPGSP

O PAPEL DAS ELITES NA CONSTRUÇÃO DO CAPITALISMO
DEPENDENTE E DA DEMOCRACIA BRASILEIRA:
um olhar sobre a sociologia política de Florestan Fernandes

Gabriel Bastos Ribeiro

CAMPOS DOS GOYTACAZES/ RJ

2019

GABRIEL BASTOS RIBEIRO

O PAPEL DAS ELITES NA CONSTRUÇÃO DO CAPITALISMO
DEPENDENTE E DA DEMOCRACIA BRASILEIRA:
um olhar sobre a sociologia política de Florestan Fernandes

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política do Centro de Ciências do Homem, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre em Sociologia Política.

Linha de Pesquisa: Estado, Instituições Políticas, Mercado e Desigualdade.

Orientador:

PROF^o DR^o FABRÍCIO BARBOSA MACIEL

Campos dos Goytacazes, RJ

2019

**FICHA
CATALOGRÁFICA**
UENF Bibliotecas

Elaborada com os dados fornecidos pelo autor.

R484 Ribeiro, Gabriel Bastos.

"O PAPEL DAS ELITES NA CONSTRUÇÃO DO CAPITALISMO DEPENDENTE
E DA DEMOCRACIA BRASILEIRA : UM OLHAR SOBRE A SOCIOLOGIA
POLÍTICA DE FLORESTAN FERNANDES / Gabriel Bastos Ribeiro. - Campos dos
Goytacazes, RJ, 2019.

92 f.

Bibliografia: 89 - 91.

Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Universidade Estadual do Norte
Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, 2019.

Orientador: Fabricio Barbosa Maciel.

1. Autocracia. 2. Capitalismo Dependente. 3. Comportamento. 4. Democracia.
5. Elites. I. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. II. Título.

CDD - 320

GABRIEL BASTOS RIBEIRO

O PAPEL DAS ELITES NA CONSTRUÇÃO DO CAPITALISMO
DEPENDENTE E DA DEMOCRACIA BRASILEIRA:
um olhar sobre a sociologia política de Florestan Fernandes

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política do Centro de Ciências do Homem, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre em Sociologia Política.

Linha de Pesquisa: Estado, Instituições Políticas, Mercado e Desigualdade.

Aprovado em: 27/09/2019

BANCA EXAMINADORA

Prof^o Dr^o Fabrício Barbosa Maciel
Orientador

Prof^o Dr^o Márcio José Melo Malta

Prof^o Dr^o Ricardo André Avelar da Nóbrega

Prof^o Dr^o Vitor de Moraes Peixoto

Campos dos Goytacazes, RJ
2019

À minha amada mãe,
Ilmam Zoé.

Os mitos existem para esconder a realidade. Por isso mesmo, eles revelam a realidade íntima de uma sociedade ou de uma civilização.

Florestan Fernandes

RESUMO

A dissertação tem como proposta uma análise da obra do sociólogo brasileiro Florestan Fernandes sobre as influências que as classes dominantes têm sobre o curso histórico do Brasil, principalmente em relação a noção do capitalismo dependente e as consequências sobre a democracia liberal e suas relações de poder. Fernandes oferece não só uma análise estrutural sobre a constituição desta sociedade, mas vai além através formação sociocultural do Brasil, que terá substantiva influência sobre os aspectos socioeconômicos e sociopolíticos. O papel que as elites incidem sobre o restante da população através do comportamento socialmente aceito, da manutenção do status social, do lugar ocupado na sociedade por um processo de distinção. Trata-se de um modelo de reprodução de desigualdades sociais que tem como finalidade perpetuar uma série de fatores históricos e sociais que visam o privilégio de determinados segmentos da sociedade.

Palavras-chave: Autocracia; Capitalismo Dependente; Comportamento; Democracia; Elites; Sociologia Política.

ABSTRACT

The master thesis proposes an analysis of the work of the Brazilian sociologist Florestan Fernandes on the influences that the dominant classes have on the historical course of Brazil, especially in relation to the notion of dependent capitalism and the consequences on liberal democracy and its power relations. Fernandes offers not only a structural analysis of the constitution of this society, but goes further through Brazil's socio-cultural formation, which will have a substantive influence on socio-economic and socio-political aspects. The role that elites play in the rest of the population through socially accepted behavior, the maintenance of social status, the place occupied in society by a process of distinction. It is a model of reproduction of social inequalities that aims to perpetuate a series of historical and social factors that aim at the privilege of certain segments of society.

Keywords: Autocracy; Dependent Capitalism; Behavior; Democracy; Elites; Political Sociology.

SUMÁRIO

Introdução.....	11
1. A formação das elites brasileiras: breves considerações.....	16
1.1. Liberal na economia.....	19
1.2. A ordem social competitiva e suas condições socioeconômicas.....	28
1.3. Subdesenvolvimento e classes sociais.....	34
2. Mudanças socioculturais no Brasil: aproximação e análise.....	39
2.1. <i>Habitus</i> , distinção, prestígio e status: os lugares de autoafirmação das elites brasileiras.....	43
2.2. A condição do negro.....	54
3. A demanda pela autocracia em estado permanente.....	64
3.1. Autoritarismo: uma vocação brasileira.....	73
Considerações finais.....	84
Bibliografia.....	89

LISTA DE SIGLAS

PT – Partido dos Trabalhadores

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

EUA – Estados Unidos da América

PUC-SP - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

URSS – União das Repúblicas Soviéticas

PM – Polícia Militar

Introdução

O capitalismo brasileiro apresenta características específicas e para entender toda a dinâmica que envolve essa ordem social é necessário, entre outros aspectos, identificar as transformações e os movimentos que moldaram a maneira de pensar e agir da sociedade, ou seja, a visão de mundo dos agentes que dominam as ações sociais e econômicas.

Para isso, apresentamos os temas centrais do nosso esforço, são eles: socioeconômicos, socioculturais e sociopolíticos. Esses são os três eixos que identificamos na obra de Florestan Fernandes, e que juntos demonstram a forma do sociólogo pensar o Brasil. Por sua vez, também apresentam uma linha de pensamento sociológico capaz de desnudar as variadas formas de dominação contidas na sociedade de classes brasileira.

A pesquisa tem a intenção de apresentar como a condição do capitalismo dependente surge no passado e se retroalimenta no decorrer do tempo; subjugando poderes constituídos e direitos sociais, prejudicando desde a formação do Estado nação até a democracia; e também como a característica de dependência se perpetua através das opções políticas das elites, e afeta diretamente o modo de vida da população brasileira, através da condução de uma democracia restrita.

Essas condicionantes encontram lugar de destaque nesta pesquisa como elemento analítico, para assimilar as perspectivas históricas e sociais que o desenvolvimento do capitalismo trouxe para a formação da sociedade pós-colonial e moderna do país. Com isso, o objetivo da pesquisa é analisar o papel das elites brasileiras na construção do capitalismo dependente e, conseqüentemente, os efeitos deste processo nos comportamentos sociais e políticos.

Para tanto, precisamos esclarecer nossa intenção sobre os métodos possíveis de análise teórica que pretendemos desenvolver, absorvidos da obra de Fernandes:

Cada método lida com a realidade social de forma peculiar quanto à relação do real com o pensado e vice-versa. Essas peculiaridades estão simbolizadas no *tipo ideal* weberiano, no *tipo médio* durkheimiano e no *tipo extremo* marxista (...). Sob vários aspectos, a minuciosa e fundamental análise desses paradigmas propicia o resgate do conteúdo crítico do pensamento clássico. Resgate esse cada vez mais estimulado pela reflexão dialética. (IANNI, 1996, p. 29).

Observa que Octavio Ianni perpassa os três clássicos da sociologia quando explicita a forma de Florestan Fernandes em desenvolver a análise sociológica. Isso ocorre porque

Fernandes, reconhecidamente um marxista, não se furtou no decorrer de sua trajetória acadêmica em projetar maiores considerações metodológicas sobre os estudos da sociedade brasileira, o que nos deixa à vontade para denotar as elites como ponto de referência de nossas contribuições. Já que ainda de acordo com Ianni:

As noções de interação, organização, sistema e mudança, entre outras, apresentam-se como possibilidades de pesquisar e explicar a anatomia das relações, processos e estruturas de dominação política e apropriação econômica que articulam as desigualdades e os antagonismos sociais, econômicos, políticos e culturais (idem, p. 28).

Florestan Fernandes foi capaz de adaptar as concepções clássicas, em Max Weber, Karl Marx e Emile Durkheim à condição de dependência do capitalismo¹. De Weber, o sociólogo brasileiro adaptou as concepções de “possuidores” e “não-possuidores” de bens; de Marx, faz uso da concepção de que a própria organização capitalista de produção estratifica a sociedade de classes; de Durkheim, de que o capitalismo subdesenvolvido não é um modelo de sociedade em estado de desenvolvimento, mas uma condição de desintegração de estruturas sociais de acomodação, o que gera uma baixa integração de solidariedade. Razão importante para compreender o subdesenvolvimento como fator de escolha das classes dominantes.

Os três modelos suportam, ademais, a conclusão de que as sociedades capitalistas subdesenvolvidas absorvem a ordem social competitiva observada nos países desenvolvidos, mas sob o amparo e o condicionamento de arranjos sociais, econômicos e políticos que refletem a polarização econômica e a herança colonial dessas sociedades (DE OLIVEIRA; VAZQUEZ, 2010, p. 149).

Queremos frisar que este ponto não é de sobreposição entre pensadores, mas de ajustamentos metodológicos que auxiliaram na busca por uma profunda análise da sociedade de classes. E do ponto de vista que estamos propondo, o das elites, sem deixar de lado outros segmentos da sociedade que ajudam a fundamentar nossa intenção.

A partir de Marx, Florestan reintroduz o conceito durkheimiano de *anomia*, repensando a noção weberiana de *possibilidade histórica*, para explicar o fenômeno do *atraso*, da *demora histórica* e da *resistência à mudança*. As

¹ DE OLIVEIRA, Giuliano Contento; VAZQUEZ, Daniel Arias. Florestan Fernandes e o capitalismo dependente: elementos para a interpretação do Brasil. OIKOS - Rio de Janeiro. Volume 9, nº 1, 2010. pp. 137-160.

classes sociais oprimidas, *vitimizadas*, seja o operário, bem como outras categorias sociais *vitimizadas*, como o negro, o índio, o trabalhador rural, pagam o preço pelo atraso e pela dependência econômica, cultural e política (CAMACHO, 2000, p. 70).

Florestan Fernandes faz esse exercício observando as mudanças de comportamento dos atores que operam o modelo de sociedade vigente em um período de transformações das estruturas econômicas e de mercado no Brasil. Desta forma, considera o processo que vai desde a fragilização do modelo colonial - do enfraquecimento do escravismo (1888) e do Império (1889) - passando pela Independência da República, até chegar ao século XX.

Assim esclarece seu interesse com o tema como “uma resposta intelectual à situação política que se criara com o regime instaurado em 31 de março de 1964” (FERNANDES, 2008, p. 25), se referindo ao Golpe Empresarial Militar instaurado no Brasil naquele ano, seu objetivo era “resumir as principais linhas da evolução do capitalismo e da sociedade de classes no Brasil” (idem, p. 26).

Fernandes (2008) busca na análise histórica a herança por trás das formas de dominação do capitalismo brasileiro e seus padrões de comportamento, entendendo que o capitalismo gestado é dependente por ter determinadas características que serão abordadas no decorrer desta dissertação. Podemos adiantar que é importante estarmos atentos para o fato de que essa dependência não advém somente de questões econômicas. Mas também de particularidades no comportamento das relações sociais e da maneira de pensar e agir, influenciada pela posição subalterna aos interesses externos (coloniais ou não); e de manutenção do poder interno.

Nesse recorte pretendemos identificar os movimentos que a burguesia em ascensão e as elites estamentais e modernas fazem; e as consequências que seus atos produzem. Tanto aqueles que aceitam as mudanças como parte do processo de adaptação das novas formas do capitalismo moderno, quanto os que resistem. Estes são os fatores que iremos trabalhar como alvo das análises sociológicas feitas por Florestan Fernandes no primeiro capítulo, quando trataremos das questões socioeconômicas que rondam, principalmente, a condição do capitalismo dependente brasileiro.

Propomo-nos iniciar nossa abordagem com foco na sociedade brasileira em seu aspecto capitalista. Isso perpassa o domínio colonial de dominação econômica, mas também a incorporação do “eu social”, isto é, as formas de se comportar da então burguesia nacional. Além das ambições de acumulação do capital há, entre linhas, a posição social frente aos estamentos aos quais esses atores fazem parte.

A vasta estrutura sociocultural de um país multifacetado imprimiria um esforço enorme de análise. Isto posto, debruçaremos nossa atenção sobre como as elites se comportam ao longo do tempo, mas, sobretudo, como modificam esses comportamentos de acordo com suas necessidades. Esforço este que faremos durante o segundo capítulo, quando abordaremos as questões socioculturais de comportamento das elites brasileiras.

Por essa razão que este segundo capítulo está entre as questões socioeconômicas e sociopolíticas. Há de nossa parte o exercício de colocar o comportamento das elites como o “fiel da balança” no tabuleiro das dinâmicas sociais brasileiras.

O comportamento dos agentes e a preocupação com o *status* ocupado na sociedade também irão ditar os rumos da economia, como uma via de mão dupla entre a manutenção estamental e a adaptação econômica, dinâmicas estas que serão melhor desenvolvidas durante o texto.

Por isso, características levantadas pelo próprio autor como “ética e mentalidade capitalistas”, “o ser social ou o papel social” e o *habitus* servirão de instrumentos para esclarecer e direcionar o olhar para as diferentes formas de comportamento de reprodução da ordem social vigente ou em ascensão.

Com esses aspectos estão, lado a lado, e se retroalimentando, o “domínio patrimonialista” e o “mandonismo”, formas de dominação e perpetuação de poder pautadas também pelo comportamento. Atrelados à produção de renda através do trabalho escravo enquanto dura o período escravista, cuja herança se reproduz sistematicamente até hoje.

A dificuldade de identificar o que nos torna dependentes e os mecanismos de perpetuação e dominação de um modelo de sociedade que tem por objetivo a espoliação da massa trabalhadora não é uma particularidade brasileira e não é um fator recente, pelo contrário, se constitui como fator estruturante do país.

Objetiva-se identificar também porque o discurso do “mérito pessoal” é tão intenso e propagado como um culto à superação das adversidades, sendo que poucos são aqueles que realmente superam as expectativas de uma sociedade capaz de produzir uma baixíssima mobilidade social.

Junto as atenuantes socioeconômicas e socioculturais, levantaremos um conjunto de aspectos sociais que irão desembocar na questão sociopolítica da obra de Fernandes. Por isso, no terceiro capítulo, trataremos do que o autor chama de *modelo autocrático-burguês* e suas consequências para o ordenamento democrático, que sofreu e continua sofrendo ameaças constantes.

Durante o estudo sobre a visão do autor na formação da burguesia brasileira, podemos perceber que a preocupação deste segmento da sociedade não era com o bem-estar da população, mas de interesses próprios.

Sem a percepção sobre as formas de exploração antes ou depois do modelo escravocrata não seria possível entender a perspectiva do sociólogo. Para Fernandes (2008) não importa o modelo: a função socioeconômica dentro do espectro do capitalismo é necessariamente de forte exploração do trabalho; e são as necessidades sociais, econômicas e políticas do momento que irão determinar o peso e a força com que essa exploração será imposta.

Por isso que a condição do negro deve ter um ponto de destaque na formação das estruturas da sociedade brasileira como ponto elementar de falsificação da realidade, mas principalmente, de perpetuação de um nível de exploração do trabalho degradante. Fator este que ultrapassa os limites coloniais descritos por Florestan Fernandes, e avança invariavelmente na história política e social do país.

É neste sentido que a escravidão tratada na dissertação não será simplesmente um elemento histórico, mas um fator de legitimação de privilégios e distinção de classes, e que dificilmente é acolhida como alavanca do pensamento hegemônico pelas elites.

Iremos perceber que com a Abolição e o trabalho livre universal, durante o processo de se afastar das amarras da colonização, levam o país no caminho da modernização das relações sociais e econômicas. Porém, Fernandes explica (2008) que este é mais um elemento de ameaça dos privilégios e do poder das classes dominantes que, por sua vez, através principalmente do poder político, utiliza destes atributos para legitimar vantagens que a desigual realidade brasileira impõe.

1 A formação das elites brasileiras: breves considerações

Neste primeiro capítulo trataremos de apresentar as condições socioeconômicas das obras de Florestan Fernandes com o intuito de situar, dentro do contexto histórico da própria Revolução Burguesa, a transposição do processo de acumulação de riquezas pré-capitalistas, para a acumulação capitalista em si. Tanto como um processo socioeconômico, como psicossocial², como enfatiza o autor:

Na acepção em que tomamos o conceito, Revolução Burguesa denota um conjunto de transformações econômicas, tecnológicas, sociais, psicoculturais e políticas que só se realizam quando o desenvolvimento capitalista atinge o clímax de sua evolução industrial (FERNANDES, 2008, p. 239).

As mudanças decorrentes da dinamização da economia, ainda sob os moldes coloniais, estão diretamente ligadas às mudanças inevitáveis de que os agentes - principalmente na figura do senhor de engenho - foram forçados a fazer, mesmo sob resistência, do que Fernandes vai chamar de “formação da mentalidade econômica (idem, p. 42)”. O sociólogo afirma que “(...) o senhor de engenho acabou submergindo numa concepção da vida, do mundo e da economia que respondia exclusivamente aos determinantes tradicionalistas da dominação patrimonialista” (idem, p. 43).

Fernandes (2008) esclarece que esses agentes contribuíram para o modelo de dependência do capitalismo de forma funcional, adotando o comportamento exigido pelo sistema colonial e posteriormente pelos parceiros comerciais; e também de comportamentos subjetivos nas formas de pensar a economia e o próprio papel no jogo econômico de maneira passiva. Como podemos observar de forma mais clara nesta passagem:

A discussão precedente insinua que o principal fator da estagnação econômica da Colônia não provinha dos empreendimentos econômicos desenvolvidos, mas do contexto econômico e político que os absorvia, sufocando-os e subordinando-os às dimensões de uma sociedade colonial (FERNANDES, 2008, p. 44).

Ao fazer essa afirmação, Fernandes (2008) enfatiza que a visão sobre os aspectos que rondam as relações econômicas é de fundamental importância para a análise da formação do

² Para Fernandes (2008²), não basta analisar a transformação social apenas com o olhar voltado para as estruturas sociais. É preciso unir com isso os variados tipos humanos que atuam sob a ordem vigente, e consequentemente através destas estruturas.

capitalismo brasileiro. E por isso desempenhamos o esforço de nos debruçar sobre elas neste primeiro capítulo.

Percebe-se que o termo empregado como capitalismo dependente³ não significa que o capitalismo brasileiro e a burguesia brasileira são simples vítimas do processo sócio histórico ou socioeconômico do capitalismo global.

Por isso iremos demonstrar que se trata de uma coparticipação de um modelo de sociedade que tem como principal objetivo a exploração do trabalho e a perpetuação de privilégios. No sentido mais simples do termo, podemos afirmar que para Fernandes (2008) a Revolução Burguesa é, ao mesmo tempo, uma contrarrevolução pautada na incapacidade e na dependência. Uma espécie de retardamento temporal das classes dominantes acerca das necessidades que os movimentos da história empregaram.

Miriam Limoeiro Cardoso explica como se dá a construção desta análise para Fernandes:

Na construção do seu objeto científico, procura estabelecer a generalidade e a especificidade que sejam significativas para a demarcação deste objeto. Como generalidade, encontra o capitalismo. Como especificidade, formula o conceito de capitalismo dependente (...) trata-se, assim, antes de mais nada, de capitalismo. E, em seguida, de capitalismo numa das formas específicas de uma das fases do seu desenvolvimento. Neste sentido, este conceito é ao mesmo tempo estrutural e histórico: define-se como parte de um determinado “sistema de produção”, para usar a expressão pela qual Florestan o designava preferencialmente (o capitalismo); como parte deste “sistema” num determinado momento do seu desenvolvimento na história (o capitalismo monopolista); e como parte que é uma de suas especificidades nesta fase (parte heterônoma ou dependente do capitalismo monopolista). Florestan não formula uma “teoria da dependência”. Sua formulação do capitalismo dependente constitui uma contribuição teórica à teoria do desenvolvimento capitalista (CARDOSO, 1995, pp. 1, 2).

Por isso que faz parte do nosso empenho compreender como se constrói, no pensamento de Fernandes, a “Revolução Burguesa no Brasil”, e também por esse motivo que o livro que leva este nome se tornou a espinha dorsal desta pesquisa. Essa é a primeira constatação que se deve ter para entender a construção do pensamento do autor sobre a noção de país. No caso, Fernandes aponta os 3 temas que são centrais, apesar de abrangentes, para o seu raciocínio: “1º) a emergência da ‘Revolução Burguesa’; 2º) seus caracteres estruturais e dinâmicos; 3º) os limites, a curto e longo prazo, que parecem confina-la e reduzir sua eficácia como processo histórico-social construtivo” (FERNANDES, 2008, p. 30).

³ Conceito histórico e estrutural utilizado por Florestan Fernandes para caracterizar o tipo de capitalismo, no caso em questão, o brasileiro. Não confundir com uma “teoria da dependência”, mas um esforço teórico de contribuição à teoria do desenvolvimento capitalista.

Em partes, a emergência deste processo indicada por Fernandes: a necessidade de fornecer os preceitos de que a demanda externa exigia, diretamente ligado a exploração do trabalho escravo e a manutenção de uma produção manufatureira.

Tais condições colocavam os agentes econômicos - figuras determinantes do processo de estruturação do capitalismo brasileiro - dependentes de uma fração mais desenvolvida do mercado interno e quase inteiramente do mercado externo. Sendo esta última uma condicionante eficaz de perpetuação de dependência, de acordo com Fernandes (2008).

Por isso o desenvolvimento interno estava articulado com os modelos econômicos centrais - característica funcional do capitalismo brasileiro - de duas formas, como explica Fernandes: “uma estruturalmente heteronômica; outra com tendências dinâmicas autonômicas ainda em via de integração estrutural” (FERNANDES, 2008, p. 113). Essas duas dimensões dão a este capitalismo a noção de “capitalismo dependente”.

Florestan percebe com clareza e agudeza impecáveis que o ponto essencial nesse contexto é a compreensão do “padrão de civilização dominante” a partir da transformação estrutural das formas econômicas, sociais e políticas fundamentais. (...) O comportamento prático do cotidiano só pode ser devidamente explicado e compreendido por meio da eficácia de instituições – seus prêmios e castigos que constroem o comportamento dos indivíduos em dada direção sem que eles percebam “conscientemente” – e nunca pela ação intencional de indivíduos percebidos ingenuamente como autônomos e livres (SOUZA, 2015, pp. 121, 122).

Os agentes econômicos, aos quais Fernandes lança a incumbência de utilizar “interesses puramente egoísticos” (2008, p. 114), agem de forma preponderante, seja na economia, seja na política, para o desenvolvimento do capitalismo.

É neste contexto, identificando esses atores como objetos primordiais da “Revolução Burguesa”, que o sociólogo irá identificar o “fazendeiro de café” e o “imigrante” como os agentes humanos que romperam com o passado colonial e lograram papéis importantes de serem observados, em detrimento da população escravizada, que iremos trabalhar mais à fundo no segundo capítulo.

Observamos com isso que aos poucos a figura do senhor de engenho sofre uma mutação, que precisamos frisar, no pensamento de Fernandes (2008), não parte de um altruísmo que busca modificar a realidade das condições de produção e exploração. Mas pelo caráter dependente, visando a necessidade de mudanças comportamentais para preservar ao máximo as estruturas de dominação capitalista. Uma forma que as elites encontraram de manter sua posição de domínio sobre o país.

Desse modo é pensado um capitalismo dependente que mantivesse o controle do Estado e, conseqüentemente, da política. Isso era feito através da transferência com as instituições sociais de tecnologia, agentes econômicos e capital. Uma forma de aparelhamento do Estado pelos agentes do “novo setor” do capitalismo brasileiro, explica Fernandes (2008). Modificando o modelo capitalista de organização da personalidade, da economia e da sociedade.

A eficácia do processo histórico-social construído pela Revolução Burguesa mostrou-se ineficaz na medida em que os avanços do desenvolvimento econômico encontram um limite sempre que possam de alguma forma ir contrários aos interesses externos, de acordo com Fernandes (2008). Principalmente em países com protagonismo no capitalismo global, independentemente do tempo e do espaço ocupados.

Passando pelo período colonial, o surgimento da Independência como República, simultâneo a introdução do idealismo liberal, em momentos de ascensão ou subtração democrática, até o tempo e espaço presente, entendemos e trabalhamos com a hipótese de que não foi possível superar as barreiras da dependência do capitalismo brasileiro.

1.1 Liberal na economia

O processo de Independência do Brasil frente à colonização imposta por interesses coloniais forma as bases da primeira grande revolução social brasileira, um marco histórico que põe fim a era colonial e inaugura a formação de uma sociedade nacional. “Para Florestan, o fator estrutural fundamental da implantação do capitalismo no Brasil é a independência política a partir da quebra do pacto colonial e da concomitante estruturação de um Estado nacional” (SOUZA, 2015, p. 123).

Fernandes (2008) explica que com esse processo as influências externas deixam um pouco de lado o protagonismo de antes e a organização interna se torna mais autônoma. A dominação pressupunha o ponto central do objetivo das elites que, por questões de manutenção e sobrevivência do poder, tiveram que se adaptar e absorver novas formulações econômicas, políticas e sociais.

O alcance revolucionário da burguesia crescente não se dava por mudanças estruturais, apenas pela manutenção do seu poder de dominação. Por isso Fernandes (2008) diz que essa Revolução tem um caráter de “revolução encapuçada”. Não havia instrumentos suficientes, ou até mesmo vontade política e social por parte das elites em promover tais

abalos que fosse capaz de modificar as estruturas da sociedade brasileira, e também uma “articulação consciente e de longo prazo de uma visão de mundo adequada a seus próprios interesses” (SOUZA, 2015, p. 125).

No nosso entender, não há até hoje vontade política, social ou econômica das classes dominantes em modificar a ordem social vigente, já que os excedentes econômicos e a manutenção do Estado fornecem um processo de perpetuação de privilégios.

Fernandes afirma que:

As impossibilidades históricas formam uma cadeia, uma espécie de círculo vicioso, que tende a repetir-se em quadros estruturais subsequentes. Como não há ruptura definitiva com o passado, a cada passo este se reapresenta na cena histórica e cobra seu preço, embora sejam muito variáveis os artifícios da “conciliação” (em regra, uma autêntica negação ou neutralização da “reforma”) (FERNANDES, 2008, p. 238).

Percebemos que ao longo da história do país as tentativas de reformar as estruturas sociais em benefício das classes populares sofreu grande resistência. Já que a adoção do modelo liberal de sociedade pressupunha tais transformações, mesmo que mínimas ou pouco emancipatórias do ponto de vista da população mais pobre.

Nas sociedades de classes, portanto, a explicação da história se encontra nas relações de cooperação ou de luta entre as classes sociais. As teorizações de Florestan, sobre o capitalismo dependente, nunca abstraem o sistema de classes das formações capitalistas, quer sejam dependentes, autônomas ou hegemônicas. Ao contrário, as classes e suas relações desempenham papel central na sua teoria (CARDOSO, 1995, p. 2).

Deste modo é importante estar alerta para uma relação na qual Fernandes (2008) chama atenção para entender as questões de dependência brasileira, que servem para a construção do raciocínio: a relação da formação do liberalismo no Brasil; as influências externas desta formação; e as novas formas de dominação e manutenção do poder.

A formação do liberalismo surge de forma intrínseca com as mudanças na maneira de pensar e agir dos senhores rurais. Todas as adaptações têm em si os requisitos necessários para obter as condições econômicas, políticas e sociais que o mercado externo e as estruturas internacionais de poder desejam, o que Fernandes vai chamar inicialmente de “interdependência econômica internacional” (FERNANDES, 2008, p. 54).

Tais mudanças reestruturaram a diversidade sociocultural brasileira, mas não são suficientes para mudar as relações da vida social que continuariam a orbitar em torno da escravidão e do patrimonialismo, como mostra Lilia Moritz Schwarcz:

Assim, enquanto o Século das Luzes, o XVIII, e o liberalismo político tinham divulgado a concepção de que os homens eram iguais perante as leis, teorias do determinismo social e racial pretenderam concluir o oposto: que a igualdade e o livre-arbítrio não passavam de uma quimera, uma balela da Ilustração (SCHWARCZ, 2019, p. 30).

O liberalismo não surge apenas como modelo econômico, mas também como idealismo político, e assim se torna uma peça central no plano de poder dos estamentos senhoriais a partir de então. Fernandes (2008) explica que a modernização econômica e as mudanças sociais e culturais estão atreladas a nova maneira de pensar, por isso cresce e se alastra carregando princípios que irão denotar virtudes e capacidades de uma minoria dominante dos estamentos senhoriais, e que por isso se consagra como “a força cultural viva da revolução nacional brasileira” (FERNANDES, 2008, p. 57).

De acordo com Fernandes (2008), este é o aspecto que vai dar ao liberalismo a importância de ser uma ideologia que irá “libertar” os estamentos das amarras coloniais. Por isso assume a urgência da construção social do Estado Nacional, mas principalmente, de uma identificação na sociedade nacional.

o rompimento do estatuto colonial, permitindo que parte maior do produto gerado fosse aplicado internamente, converte-se, para Florestan, no passo inicial, juntamente com a já mencionada expansão do Estado nacional e suas consequências socioeconômicas – novos serviços e funções, homogeneização e maior ligação entre os diversos mercados regionais etc. – para a singular construção de um capitalismo periférico (SOUZA, 2015, p. 124).

Na avaliação de Fernandes (2008) é necessário um instrumento de controle e dominação que esteja à mercê dos interesses dominantes. Essas transformações e as mudanças geradas nos estamentos fez surgir um novo tipo de ator social, o cidadão. Com ele se consolidava a ideia da legitimidade do poder legal, fundamental para a ordem social, um sujeito inserido no contexto social com direitos, cabível de representar e ser representado. Mas principalmente que se adequa a ordem social vigente através da atividade que exerce e do devido comportamento social.

Fernandes (2008) explica que é da sociedade civil, surgida com a Independência, que a utopia liberal ganha forma e força, quando transforma o senhor em cidadão através da noção de pertencimento a essa mesma sociedade nacional que prometia modernizar-se. Essa ideia de modernização é importante, pois torna o sonho do “amanhã” algo possível de ser construído “agora”. A utopia faz sentido quando se aponta para fora e se afirma que podemos ser aquilo que eles são (uma analogia referente ao ponto de vista do brasileiro comum frente aos países de capitalismo desenvolvido).

A distinção das características do cidadão, e a transformação dos “estamentos sociais dominantes” em “sociedade civil”, são o elo que irá concentrar, dentro das normas constitucionais e seus agentes (ministros, conselheiros de Estado, deputados e senadores) a fração central de dominação e poder, em detrimento da massa, de acordo com Fernandes (2008). Uma distinção por estamentos, ou seja, construída a partir de recortes raciais, sociais e econômicos, oriundos do sistema colonial.

É importante enfatizar que a distinção na qual Fernandes se refere - e que é para nós ponto crucial no processo de privilegiamento na construção da sociedade de classes no capitalismo periférico brasileiro - é a identificação da função do mercado não só como caráter mercadológico e monetário. Mas determinante enquanto visão de mundo constituída a partir das relações socioeconômicas, como explica o sociólogo Jessé Souza: “mercado e Estado já reproduzem uma visão de mundo e de ser humano contingente historicamente produzida, que hierarquiza indivíduos e classes sociais de acordo com seus imperativos funcionais” (2015, p. 124).

Por outro lado, estava desenhado o perfil dos “donos do poder” da então sociedade civil brasileira, como explica Fernandes (2008). Não confundir com *Os donos do poder*⁴ em Raimundo Faoro em que a utilização do Estado é direcionada em detrimento do mercado. Fernandes não utiliza das argumentações liberais para justificar o sequestro do Estado por interesses mercantis, ao passo de usufruir de prestígios econômicos, perpetuando a desigualdade no país. Ao contrário, para Fernandes (2008²), são os interesses do mercado interno e externo que dominam a racionalidade do Estado brasileiro.

Florestan entende a sociedade capitalista como uma sociedade aberta. Nela se dá a distribuição da população em classes sociais e, portanto, há diferenciação e desigualdade social. Em contrapartida, se há uma classificação social, também há uma ordem legal que a atravessa inteira, com a racionalização do direito e com o funcionamento, pelo menos formal, da representação política. Desta maneira, a sociedade de classes, identificada

⁴ FAORO, Raimundo. Os donos do poder. Porto Alegre: Globo, 1984.

com a sociedade capitalista, possui ajustes reguladores do privilégio econômico com suas consequências sociais, culturais e políticas (CARDOSO, 1995, p. 4).

Até os dias de hoje, essa tentativa de legitimar a visão de mundo liberal é composta como a contraprova daqueles que querem desenvolver ou, em termos mais atuais, empreender e prosperar financeiramente. “Afinal, a injustiça flagrante dos privilégios que se tornam permanentes tem que ser, na sociedade capitalista que ‘diz’ ter acabado com todos os privilégios de nascimento, ‘legitimada’ para que possa se reproduzir. (SOUZA, 2015, p. 52)

A ideia de tirar das mãos pesadas do Estado e colocar nas “mãos invisíveis” do mercado uma suposta salvação se justifica quando há o exercício de construir o discurso no qual o Estado representa àqueles que usurpam do poder para enriquecer, enquanto que no mercado estão àqueles que enriquecem por mérito.

Com isso há uma tentativa de justificar o privilégio de classe e identificar o inimigo a ser combatido. Entendemos que, para Fernandes, essa ambivalência se dá justamente pelo sequestro dos agentes do mercado ao Estado nacional desde a sua fundação.

Fernandes (2008) afirma que as elites estamentais deram continuidade a dominação que antes era feita com a tutela colonial através do privilégio e do prestígio social do cidadão. A legitimação destes privilégios advém da posição social ocupada por eles. A dominação senhorial que se converte em dominação estamental através do poder político exercido na sociedade civil nacional e o liberalismo são, portanto, carregados de privilégio social.

Surge a partir daí, como sugere Fernandes, os defensores da “liberdade”, da “justiça”, da “nacionalidade” e do “progresso”, que ganham a luta contra o escravismo e emergem como os primeiros defensores da “causa da democracia” (2008, p. 61). Mas que atrelada à ideologia de mercado constitui uma hierarquia dos que se encaixam ou não no perfil de classificação funcional. Isto é, existem os indivíduos que serão aproveitados pelo mercado insurgente, e os indivíduos que já ocupam ou irão nascer marginalizados pela hierarquia de mercado⁵.

Com destaque para os escravos libertos e os descendentes de escravos. Entendemos assim o caráter da doutrina liberal e o seu aspecto funcional dentro da perspectiva do domínio nacional. Jessé Souza nos auxilia de forma categórica na interpretação de Fernandes acerca desse imbróglio:

⁵ Ver em: MACIEL, Fabrício. O BRASIL-NAÇÃO COMO IDEOLOGIA: A construção retórica e sócio-política da identidade nacional. – São Paulo: Annablume; 1.ed. 2007. p. 30.

O ideário liberal era não apenas *ex post* em relação às práticas das quais ele passa a ser o porta-voz, boa parte de sua limitação advinha da sua posição “reativa” em relação à antiga ordem dominante, sendo obrigado a lutar dentro do campo de ação demarcado pelo inimigo. Sua posição no debate sobre a abolição da escravidão é sintomática tanto de sua relevância quanto de seus limites. Sua importância e ambiguidade ficam claras a partir do fato de que a pregação liberal antiescravista ao mesmo tempo “disfarçava e exprimia o afã de expandir a ordem social competitiva”, ao dirigir-se contra a instituição fundamental da antiga ordem para dar-lhe o golpe de morte definitivo, abrindo caminho para uma reorganização nacional segundo os interesses da economia de mercado. Sua limitação fica clara, por outro lado, nos contornos amesquinçados do compromisso final entre as elites, que torna a abolição uma “revolução social de brancos para brancos” (SOUZA, 2015, p. 125).

Souza contextualiza o papel do liberto cercado por uma condição de pauperização. Abandonado à própria sorte pelas mesmas instituições que lograram o devir de alçar vozes contra o regime escravocrata. “Ao negro, fora do contexto tradicional, restava o deslocamento social na nova ordem. Ele não apresentava os pressupostos sociais e psicossociais que são os motivos últimos do sucesso no meio ambiente concorrencial” (2015, p. 129).

Por isso que, para Fernandes, as elites têm lugar cativo quando se colocam como porta-vozes da sociedade civil e marcam assim sua posição no imaginário popular. Dentro destes pretextos a democracia surge como o resultado de uma equação que visa sustentar as formas de dominação estamental. É o contrapeso que trazia o “equilíbrio, eficácia e continuidade da dominação estamental” (FERNANDES, 2008, p. 63).

O duplo sentido de mudança e manutenção serviram para organizar outras formas de dominação que preservaram o poder dos estamentos, uma fusão como meio para a dominação. Para Fernandes (2008), a convivência e solidariedade coletiva entre as elites pôde, a partir da Independência, entender os conceitos de “nação” e “Estado nacional independente”, que por sua vez passaram a ser os instrumentos de burocratização da dominação patrimonialista, passando para a dominação estamental característica. Fernandes aponta os objetivos que deram o caráter de mudança, mas promoveram a manutenção do poder através de um novo Estado:

1º) para resguardar as estruturas coloniais em que se fundavam, econômica, social e moralmente, as formas tradicionais de dominação patrimonialista; 2º) para privilegiar, politicamente, o prestígio social dos estamentos senhoriais, fator essencial da burocratização da dominação patrimonialista e de sua transformação em dominação estamental propriamente dita (idem, p. 75).

Essas são condições que as elites impunham para construir uma ordem social nacional, sem se desfazer por completo de suas origens coloniais. Fernandes caracteriza esse movimento de “revolução dentro da ordem” (2008, p. 76), pois integra um conjunto de mudanças que irão fundar uma nova forma de lidar com a sociedade para obter novas formas de dominação. Uma entidade histórica emergente que consegue utilizar o prestígio social como seu principal fator político para a criação de um Estado nacional independente.

Souza (2015) explica como o ideário liberal fornece um novo arcabouço socioeconômico, partindo de uma nova ordenação sociocultural. Quer dizer que o liberalismo oferece a uma elite despossuída de traquejo com a economia de mercado uma inserção em um aparelho estatal mais autônomo. “O liberalismo passa a vigorar como uma ideologia ou visão de mundo galvanizadora e integradora dos novos requisitos estruturais e funcionais, tanto da nova ordem legal quanto da concepção de mundo que articulava uma nascente esfera pública” (SOUZA, 2015, p. 126).

Fernandes (2008) explica que este fator político, que tem como base o prestígio social, caminha de mãos dadas com a ideia de dominação. A ideia de nação está atrelada ao domínio pelo modo como se constitui as formas de dominação estamental na fundação do Estado nacional. Surgem assim novos papéis sociais: as mudanças econômicas interferem nas condições de vida e nas relações sociais e, conseqüentemente, culminam em mudanças socioculturais.

A combinação das novas relações econômicas e políticas do Brasil pós Independência e a adoção do idealismo liberal, são as necessidades de novas relações econômicas que fundam a estrutura do Estado nacional que Fernandes chama de “Estado-amálgama” (2008, p. 90). Ou seja, uma mistura de elementos que irá formar uma estrutura sólida capaz de preencher “as funções mutuamente exclusivas e inconsistentes a que devia fazer face, estendendo a organização política e a ordem legal através e além do vazio histórico deixado pela economia colonial” (FERNANDES, 2008, p. 91).

Tais condições tornam o poder político a melhor forma de dominação pelos estamentos que já detinham poder através do sistema colonial, uma transformação na forma, mas um mecanismo de privilégio para a preservação política no conteúdo. Trata-se de uma maneira de monopolizar o mercado econômico por dentro das estruturas de governo e garantir “verdadeiros privilégios econômicos” (idem, p. 93).

Esse complexo processo histórico-social, como classifica Fernandes (2008), desenvolve as bases que irão repercutir até hoje no arcabouço sociocultural brasileiro,

formando o chamado “Brasil Moderno” ao passar do tempo. Um processo que vai girar em torno de cinco problemas fundamentais:

1) a “revolução nacional” não se deu com base em uma “revolução econômica”, ela só foi possível porque preservou a grande lavoura como base da organização das relações de produção, a limitando às estruturas econômicas coloniais;

2) os fatores deste processo histórico-social não são completamente influenciados pelo mercado externo, mas condicionados na medida do desenvolvimento das alterações do sistema internacional de poder. Isso quer dizer que as estruturas estamentais estavam preservadas e adaptadas.

3) é fundamental entender que embora tenham sido feitas alterações, a ideia que permeava a elite, ou seja, o setor colonial, era de “eternizar um processo pré-capitalista de acumulação de capital” (idem, p. 100). As mudanças na mentalidade e no espírito dos agentes não foi suficiente para mudar o status senhorial;

4) o caráter sociocultural teve mais peso na evolução do capitalismo no Brasil do que a questão econômica. A adaptação a uma economia de mercado mais moderna e sua expansão interna estavam atrelados a um novo estilo de vida dos agentes, ou seja, a mudança ocorre pelo mercado, mas objetivamente pela forma de viver. O Estado nacional torna-se o instrumento usado para forjar mudanças comportamentais na nação através da influência exercida sobre as estruturas econômicas dominantes, privilegiando assim interesses próprios do que Fernandes vai chamar de “agentes especulativos” (2008, p. 101);

5) o caráter distorcido de absorção do liberalismo no Brasil, nascido de uma estrutura de economia colonial, tinha por interesse apenas se perpetuar no poder, e de uma burguesia emergente que encontrava nos estamentos uma sociedade já preestabelecida social e culturalmente. Assim estava nascendo uma economia urbana, que se autodenominava moderna, mas que estava assentada em um sistema escravocrata, agrário e dependente.

Esses fatores indicados por Fernandes (2008) apresentam as mudanças econômicas que ficaram condicionadas às adaptações políticas, absorvendo novas características, com certo grau de autonomia. Mas com influências externas significativas que não alteravam as circunstâncias de uma economia periférica e dependente.

O conjunto de fatores que envolvem o processo de tomada da Independência do Brasil e da absorção do liberalismo passa por reafirmar o posicionamento das elites dominantes dentro do contexto social. Para isso era preciso estabelecer o que Fernandes chama de “circuito fechado” (2008, p. 242), uma espécie de sistema de facilidades da manutenção da posição social, ou seja, um mecanismo de preservação do status quo. E aos

que se sentem no direito de desafiar este processo, as elites deram e ainda dão muitos exemplos do seu viés ultraconservador.

Fernandes exemplifica momentaneamente duas passagens “o tratamento das greves operárias na década de 1910, em São Paulo, como puras ‘questões de polícia’; ou, quase meio século depois, a repressão às aspirações democráticas das massas” (FERNANDES, 2008, p. 242). Este último exemplo se referindo a resposta contra as reformas populares estimuladas antes do golpe empresarial militar de 1964.

Vamos levantar mais um aspecto histórico para exemplificar essa tendência das elites e do que adotaram como uma espécie de liberalismo brasileiro. É sabido que no início dos anos 2000 o Partido dos Trabalhadores chegou ao poder através do processo democrático. Durante 13 anos implementou políticas públicas que deram a população poder de compra, com isso elevou os níveis de consumo das classes mais populares, incorporando inclusive o termo da “nova classe média” (termo bastante questionável do ponto de vista analítico, mas que representava a ascensão através do consumo de uma parcela significativa da população brasileira).

Em 2014, após um longo processo de desgaste do então governo do PT e após um confuso e duvidoso processo de impeachment (que trataremos como golpe parlamentar) da então presidenta Dilma Roussef, um novo governo foi estabelecido, em 2016. Michel Temer, com o discurso de abrir o país para o mercado externo e sanar as finanças internas, tem como principal objetivo uma reforma da previdência social robusta. Esta reforma não é aprovada em sua totalidade, após longa resistência dos setores populares e representações sindicais.

Em 2018, com eleições presidenciais realizadas, é eleito o presidente Jair Messias Bolsonaro, ex-capitão do Exército e Deputado Federal. Bolsonaro é eleito com um discurso liberal-conservador, apesar da sua trajetória política indicar que o ex-militar é um ultranacionalista e ultraconservador. No discurso o então candidato adotou o idealismo liberal, e com grande apoio ou conivência da chamada grande imprensa, foi eleito. Sua principal proposta é uma nova reforma da previdência que penaliza idosos, trabalhadores rurais, professores, etc.

Fernandes (2008) afirma que o padrão de comportamento das elites brasileiras não muda, pois, a Revolução Burguesa brasileira se trata de um processo material histórico que não foi concluído, vide a eleição de Jair Bolsonaro. E isso explica o padrão ultraconservador, com ampla utilização do Estado, para manter privilégios, garantir altos índices de lucro do mercado financeiro e que hoje ganha novas projeções através de uma guerra cultural contra os

povos originários, expressões populares, pautas identitárias, entre outros. O que explica também que a modernização dos padrões de vida social não é bem aceita pelas elites.

Notamos, assim como Fernandes e Souza, que há uma espécie de conluio entre o pensamento liberal brasileiro galvanizado por interesses de grupos dominantes e com um apreço pelo autoritarismo. Ponto este que será trabalhado no terceiro capítulo desta dissertação.

Fernandes evidencia isso em suas obras. Observamos que é um padrão que se arrasta ao longo do tempo, por isso os exemplos recentes citados acima. O sociólogo observa que:

Estamos diante de uma burguesia dotada de moderado espírito modernizador e que, além do mais, tendia a circunscrever a modernização no âmbito empresarial e às condições imediatas da atividade econômica ou do crescimento econômico. Saía desses limites, mas como um meio – não como um fim – para demonstrar sua *civilidade*. Nunca para empolgar os destinos da nação como um todo, para revolucioná-la de alto a baixo (FERNANDES, 2008, 242).

Fernandes está afirmando que a influência do mercado e da política externa convergia com os interesses econômicos internos destes agentes. Para a manutenção da estabilidade econômica, foi preciso o alcance de interesses políticos, através do estilo de vida imposto pelas práticas cotidianas das elites. Fernandes (2008) observa que o padrão autocrático de dominação destes grupos foi herdado, mas conservado ao passar do tempo, o que freia a possibilidade de maiores voos em direção a modelos mais democráticos de sociedade. Tudo isso com base na ideia da liberdade de mercado.

Por mais que ao primeiro olhar cause estranheza o convívio entre o idealismo liberal e a autocracia, essa combinação sustentava a base da dominação burguesa. O interesse sempre foi na manutenção do poder das elites, seja ele econômico ou político. Reside um conflito aberto dos valores liberais com os escusos interesses autoritários. Como Fernandes (2008) afirma, é uma contradição em meio ao ideal liberal, que não é, e provavelmente não será, mas deveria ser assumida.

1.2 A ordem social competitiva e suas condições socioeconômicas

As características e adaptações do que Fernandes chama de Revolução Burguesa no Brasil, como exposto anteriormente, constituem um fenômeno tipicamente brasileiro que origina uma forma de organização econômica, social e culturalmente capitalistas. A relação

destas estruturas com o mercado mundial serve de base para a formação gradual de uma economia supostamente independente, mas que à fundo não supera suas necessidades históricas. Fernandes explica que:

Ao absorver o capitalismo como sistema de relações de produção e de troca, a sociedade desenvolve uma ordem social típica, que organiza institucionalmente o padrão de equilíbrio dinâmico, inerente à integração, funcionamento e diferenciação daquele sistema, e o adapta às potencialidades econômicas e socioculturais existentes. Essa ordem social tem sido designada, por historiadores, economistas, sociólogos, juristas e cientistas políticos, como *ordem social competitiva* (FERNANDES, 2008, p. 179).

Quando ocorre a ruptura das sociedades com o regime colonial, as estruturas (econômica, social e política) entram em conflito com a ordem social vigente, ou seja, a ordem colonial, que é substituída pela ordem social competitiva antes da formação de uma constituição. Fernandes (2008) explica que isso ocorre para que a adaptação ao mercado econômico mundial assuma as bases da transição, já que será através das condicionantes externas que se darão as bases dessa sociedade que está em mutação, entre muitas outras, uma sociedade “independente”.

Seu objetivo não é indicar a transitoriedade do capitalismo, para afirmar a desimportância do presente em nome das promessas do futuro. Ao contrário, para o Professor Florestan o que se abre para o sociólogo é o enigma do presente: como sociólogo ele se interessa pelo desvendamento da dramaticidade do capitalismo (MARTINS, 1996, p. 19).

Essas mudanças não são feitas rapidamente e sem qualquer resistência. Contudo, manteremos nosso foco nas modificações dos padrões de vida na ordem social competitiva. Fernandes indica alguns temas que são importantes para auxiliar-nos com esse objetivo e que serão aqui desenvolvidos, trataremos um de cada vez, começando por: “condições, tensões ou inconsistências da ordem social escravocrata e senhorial que converteram a competição em fator dinâmico da vida social” (FERNANDES, 2008, p. 181).

Fernandes (2008) está dizendo que as condições da sociedade escravocrata e senhorial dão o ritmo e o volume das tensões estabelecidas durante este processo de transição. Um fator relevante e de característica do que se pretendia a uma ordem social nova é a competição. Esse começa por ser um grande problema, pois a forma de funcionamento estrutural da sociedade escravocrata não absorve maiores dinâmicas de competição. De acordo com

Fernandes (2008), isso não significa que a competição é inexistente, mas quer dizer que ela é aceita com o pretexto de que não irá abalar as estruturas estamentais.

A competição é em si um fator propulsor de mudanças na reorganização da forma como a renda transita na sociedade, o que modifica o próprio sistema econômico. A intenção de controlar essas tensões teria como objetivo “reduzir a importância da competição nas formas tipicamente senhoriais de socialização, de interação humana e de controle social” (FERNANDES, 2008, p. 182).

O sociólogo está afirmando com isso que a dominação “patrimonialista-tradicional” teria a intenção de promover somente uma espécie de “solidariedade moral” (2008, p. 182) entre os agentes econômicos. O que viesse a fomentar algo além destes moldes receberia resistência por parte dos estamentos.

(...) o patrimonialismo, é resultado da relação viciada que se estabelece entre a sociedade e o Estado, quando o bem público é apropriado privadamente. Ou dito de outra maneira, trata-se do entendimento, equivocado, de que o Estado é bem pessoal, “patrimônio” de quem detém o poder. (...) O conceito também sugere a importância do lugar patrimonial; isto é, do espaço individual que constantemente se impõe diante das causas públicas e comuns (SCHWARCZ, 2019, p. 65).

Fernandes afirma que “os mecanismos de dominação patrimonialistas continuaram a diluir e a neutralizar elementos competitivos” (FERNANDES, 2008, p. 183), como uma espécie de mecanismo de defesa do patrimonialismo frente às possíveis mudanças de uma ordem social mais competitiva.

Quem poderia mudar alguma coisa ou ter algum papel de maior protagonismo eram as pessoas que faziam parte dos estratos privilegiados e dominantes da sociedade. Então como entender que essas estruturas foram modificadas? Fernandes (2008) aponta três espécies de tensões que dinamitaram a sociedade escravocrata e senhorial.

O primeiro elemento já foi apresentado e culmina na alteração da “mentalidade e o comportamento do agente humano mais privilegiado da economia escravista” (idem, p. 184). O senhor, agente responsável pela manutenção da ordem estamental e escravista percebe que, para manter sua posição privilegiada, era necessário entender que a combinação da ordem capitalista com a aristocracia agrária patrimonialista e autocrática indicava uma adaptação.

Uma forma de organização burguesa de sociedade, com alto poder de exploração econômica e que inspirava nas elites um sentimento de emancipação nacional: a República.

Essa elucidação do senhor não ocorre repentinamente, mas através de duas percepções que Fernandes considera importantes:

Primeiro, que o suporte real de sua força não vinha do livre jogo dos processos econômicos no mercado, mas de sua posição-chave no controle da economia e da sociedade. Segundo, que todo o seu poder seria insuficiente para modificar os dinamismos, as flutuações e as pressões do mercado mundial, ‘duras realidades’ que só podiam ser enfrentadas na rede dos seus efeitos internos (FERNANDES, 2008, p. 185).

O eixo do poder passa por uma transformação: a disputa interna do capitalismo brasileiro deixa de ser meramente uma competição entre pessoas ou grupos e passa a tomar mais a importância de competições por riqueza, prestígio social e poder, de acordo com Fernandes (2008).

A ordem social competitiva também tem “sua hierarquia”, ainda que implícita e opaca aos atores, e é com base nela, e não em qualquer “resíduo” de épocas passadas, que tanto negros quanto brancos sem qualificação adequada são desclassificados e marginalizados de forma permanente (SOUZA, 2015, p. 137).

Como foi dito, as pressões do mercado mundial atingiram a condição dos estamentos senhoriais, e influenciavam a visão de mundo e as probabilidades de poder destes grupos.

O segundo elemento de tensão - as relações internas de poder - é o que Fernandes irá chamar de “elemento típico” (2008, p. 188). O membro de famílias tradicionais que, por diversos motivos, não adquiriu propriamente a condição senhorial⁶. Esses elementos ocupavam os estamentos intermediários - aparentemente de pouca importância para nossa proposta - mas que por influências das famílias tradicionais alcançavam postos de confiança, o que lhes atribuía, pela tradição, a distinção necessária para barganhar postos considerados de bom nível social.

Fernandes (2008) indica este como um fator de relevância já que demonstra a fusão entre o patrimonialismo, representado pelas famílias influentes dentro dos estamentos; e a burocracia, que assim se tornava um pilar de influências das elites econômicas, políticas e sociais presentes nesses estamentos. Entendemos como uma espécie de equação fundadora do patrimonialismo na estrutura do Estado brasileiro. Portanto, deviam sua posição aos interesses

⁶ Na nossa interpretação sobre a visão de Fernandes, estes setores não devem ser confundidos com as classes médias de uma sociedade de classes. Poderiam, por ventura, assumir este posto, mas sobretudo assumiriam posteriormente postos ainda mais modestos dentro das classes médias emergentes, sem grandes considerações para as consequências do que viria a acontecer nas mudanças socioeconômicas do país.

das elites e ao que ele chama de “código de honra tradicionalista”, para atuar “em nome de seus interesses e valores nas estruturas de poder” (FERNANDES, 2008, p. 188).

O código de honra citado se deve a estrutura composta pelas variações socioeconômicas, culturais e políticas dentro de uma ordem social competitiva. Da integração estamental à ordem burocrática, a dominação senhorial apresentava uma nova forma de representação de status dentro do poder político.

Com necessidade de diferenciação dentro do próprio núcleo familiar, a estrutura da família patriarcal e da dominação patrimonialista se modifica. Com o tempo essa estrutura é naturalizada e se torna parte da organização política e social da sociedade nacional, de acordo com Fernandes (2008).

O que nos interessa é estar atento para a comunhão existente dentro dos estamentos. Mesmo com a necessidade de fornecer uma nova dinâmica na organização da dominação patrimonialista, não seria um fator que iria dar novos rumos a formação socioeconômica brasileira: “os que possuíam o poder emanado da condição senhorial aceitavam de boa-fé essa igualdade fictícia, alimentada pela tradição e pela solidariedade patrimonialista, por laços de parentesco e de vassalagem, por um código de honra provinciano” (FERNANDES, 2008, p. 189).

Para Fernandes (2008) esse código de honra não atrapalhava as relações entre os membros, ao contrário, fortalecia laços já que tinha por razão de ser a necessidade da lealdade e de interesses mútuos.

No pensamento de Florestan Fernandes a grande razão das adesões às mudanças da ordem social se dá na intenção de preservação dos privilégios de castas e estamentos, uma herança da escravidão e da dominação senhorial, e no nosso entendimento uma característica própria da ordem capitalista.

A ascensão de indivíduos mais desprovidos sempre mexeu com a sanha de privilégios das elites que desde sempre dominaram o país, como apresentado até aqui. Mas não somente das elites estamentais, como uma parcela de setores inferiores se tornaram dependentes cultural e economicamente, seus rasos privilégios também devem ser preservados com unhas e dentes. Em consequência disso, Fernandes explica que:

Essa elaboração estrutural e dinâmica da competição como força social é fundamental. Ela evidencia como a ordem social escravocrata e senhorial deformou esse processo, vinculando-o, definida e definitivamente, a um contexto ultraconservador e terrivelmente egoísta de absorção das inquietações sociais e das inovações institucionais inevitáveis (FERNANDES, 2008, p. 192).

Estes setores passaram a ocupar posições que ainda preservaram interesses e privilégios, acompanharam as novas demandas da ordem social competitiva, mas sempre com a missão histórica de perpetuar o poder conservador por proteção e sobrevivência.

Esse conjunto de fatores são a base para a proposta apresentada por Fernandes e que será desenvolvida no terceiro capítulo desta dissertação. A dominação estamental alimentou e fez-se desenvolver um Estado antissocial, fundado como um instrumento de dominação política e organizado para absorver uma função liberal no seu aspecto formal:

Enquanto veículo para a burocratização da dominação patrimonialista e para a realização concomitante da dominação estamental no plano político, tratava-se de um estado nacional organizado para servir aos propósitos econômicos, aos interesses sociais e aos desígnios políticos dos estamentos senhoriais. Enquanto fonte de garantias dos direitos fundamentais do “cidadão”, agência formal de organização política da sociedade quadro legal de integração ou funcionamento da ordem social, tratava-se de um Estado nacional liberal e, nesse sentido, “democrático” e “moderno” (FERNANDES, 2008, p. 68).

Mais uma vez, este Estado amálgama, se coloca como um embaraço histórico no processo de afirmação das elites brasileiras, já que para Fernandes essa condição colocava as elites, e ainda as colocam, em um beco sem saída. Apesar de romper com a condição colonial, se enlaçam à condição de não-democratização para a manutenção do poder.

Com a implementação do Estado independente, como já podemos discorrer brevemente, fica configurada a condição de ser fonte do excedente econômico interno para a apropriação do mercado externo, o que Fernandes (2008) irá chamar de neocolonialismo. Mais uma forma de legitimar, através do Estado, a condição de dependência.

Essa condição de dependência é importante para o contexto macroeconômico do país perante os centros do capitalismo, de acordo com Fernandes (2008²). Em sociedades como a brasileira o capitalismo é introduzido antes de ser estabelecida uma ordem social competitiva, como indicado anteriormente. O que fornece a essa nova ordem uma base consolidada na ordem anterior, no caso, colonial.

Por isso que para Fernandes (2008), a ordem social competitiva já nasce de forma dependente, já que está fundamentada por princípios coloniais de dominação patrimonialista. Uma condição fadada ao fracasso da necessidade histórica de desenvolvimento do capitalismo na modernidade, fazendo com que os princípios basilares do liberalismo fossem condicionados aos privilégios estamentais, como a livre iniciativa e a propriedade privada.

1.3 Subdesenvolvimento e classes sociais

O legado histórico da combinação entre expropriação colonial, latifúndio e trabalho escravo, é de um país - frente à visão global - subdesenvolvido, ou seja, um país que não foi capaz de avançar o desenvolvimento interno necessário no capitalismo. Do ponto de vista da aristocracia agrária, o surgimento de um Estado nacional não modificou a sua posição entre os estamentos, não houve qualquer tipo de crise neste aspecto. A modificação após o período de colonização foi apenas do eixo central do capitalismo global, mas a condição de capitalismo dependente do Brasil se manteve.

Fernandes (2008²) explica que faz parte do papel da sociologia analisar essa dinâmica sócio histórica para entender a absorção de comportamentos variados de outros países. Copiar os modelos institucionais de funcionamento da vida pública é um caminho já bastante martelado pelos estudiosos da sociedade. O que Fernandes vai trazer são outros elementos que também irão alimentar a análise do modelo de sociedade vigente, a sociedade dependente e “subdesenvolvida”:

Portanto, se os modelos institucionais explicassem tudo, a absorção dos padrões de organização do Estado nacional e democrático, de uma economia de mercado capitalista e da cultura de uma sociedade de massas tenderia a reduzir a magnitude das diferenças entre os ‘povos adiantados’ e os ‘povos atrasados’ da mesma constelação civilizatória e, ao mesmo tempo, contribuiria fortemente para homogeneizar certas tendências de desenvolvimento fundamentais (FERNANDES, 2008², p. 28).

Isto é, a transferência de uma sociedade desenvolvida para outra subdesenvolvida de um padrão de civilidade social e econômica através de modelos institucionais é uma ilusão.

São as estruturas das sociedades nacionais, no nosso caso a brasileira, que irão desempenhar ou não a capacidade de desenvolver o capitalismo interno, e o pensamento das elites dominantes é crucial para isso:

à luz dessa hipótese, a explicação sociológica do subdesenvolvimento econômico teria de ser procurada no mesmo fator que explica, sociologicamente, o desenvolvimento econômico sob regime de produção capitalista: como as classes se organizam e cooperam ou lutam entre si para preservar, fortalecer e aperfeiçoar, ou extinguir aquele regime social de produção econômica (FERNANDES, 2008², p. 29).

Neste caso, é salutar enfatizar como o subdesenvolvimento está atrelado à condição de dependência do país, já que estes dois fatores, a dizer subdesenvolvimento e capitalismo dependente, correspondem à absorção da ordem social competitiva. Ou seja, depende da forma como esta ordem será absorvida e terá capacidade de superar a ordem e as estruturas coloniais.

De acordo com Fernandes (2008²), se há capacidade ou vontade de se absorver de forma substantiva uma nova ordem social competitiva emergente, então pode-se originar uma economia mais autônoma; porém se essa absorção tiver muitas limitações e for apenas parcialmente adotada, é o caminho para o capitalismo dependente. Lugar onde a ordem social competitiva está diretamente ligada as estruturas coloniais, quer dizer, estruturas atrasadas - do ponto de vista do capitalismo competitivo -, e com isso se tornam incapazes de se modernizar.

Essa articulação entre forças arcaicas e forças modernizantes irá criar estruturas que terão a função de perpetuar privilégios, como já foi dito. Mas é importante colocar a função social do trabalho neste contexto. A função do capitalismo é produzir e extrair ao máximo o excedente da sua própria produção. Sabemos que a força que dá função à produção é o trabalho, realizado por homens e mulheres. Estes sujeitos, dentro de uma sociedade de classes, subalternos aos interesses e ao acúmulo de capital da burguesia, irão se submeter a vender esta força em troca de condições mínimas de sobrevivência.

Fernandes entra nesse ponto com a intenção de colocar o trabalhador e a trabalhadora no lugar onde sempre esteve a grande massa da população brasileira, na condição de sujeito superexplorado pelas forças dominantes do capitalismo interno.

As funções identificadas por estes agentes para Fernandes (2008²) são as seguintes: a) servir de elo entre o mercado interno e externo na captação de excedente econômico; b) alimentar uma pequena porção do mercado interno (moderno) a partir de um alto poder de consumo; e c) servir de elo entre o setor arcaico e o moderno, transferindo direta ou indiretamente para este último o excedente econômico, que não pode ser reinvestido no primeiro, de modo produtivo, mantidas as condições de articulação do sistema econômico.

Fernandes ilumina esse cenário se utilizando do entendimento de Max Weber acerca da distinção entre “possuidores de bens” e de “não-possuidores de bens”:

Weber é o que oferece a explicação mais límpida e simples da ordem social inerente ao capitalismo e à estratificação em classes, como uma ordem social de ‘possuidores’ e ‘não-possuidores’, fundada em interesses univocamente econômicos. Promovendo-se o que ele próprio entendia como dupla

adequação (de sentido e causal), seus conceitos e teorias podem lançar luz sobre alguns aspectos centrais da organização da sociedade de classes subdesenvolvidas (FERNANDES, 2008², p. 39).

Pode-se entender com isso que a noção da estratificação das classes sob o olhar weberiano da distinção coloca primeiro os “não-possuidores de bens” em duas categorias, de acordo com Fernandes : 1) os assalariados e os que estão em vias de proletarização ou se proletarizaram; 2) os que estão imersos na economia de subsistência ou em estruturas arcaicas do sistema econômico, seja no campo, seja nas cidades, geralmente constituído por uma população marginalizada. Estes não se caracterizam como um “exército industrial de reserva” (2008², p. 41), já que são atores sociais que não possuem os requisitos exigidos pela ordem social competitiva.

O processo de proletarização, mesmo que de forma tímida, inclui um certo padrão de consumo⁷, o que faz com que exista uma nova forma de vida baseada em economias mais avançadas e desenvolvidas. Porém essa nova forma de vida é baseada apenas no consumo e não na produção de bens de valor, muito menos em centros de produção e inovação. O que perpetua, mais uma vez, a condição de dependência e subdesenvolvimento, de acordo com Fernandes (2008²).

Enquanto os “não-possuidores de bens” possuem interesses e categorias distintas, os “possuidores de bens” estão atrelados a interesses próprios, ou seja, tem a exata consciência de que estão na mesma situação de classe⁸. Fernandes (2008²) explica que a situação de classe está ligada aos interesses de classe, já que como grupo social, está dependendo dos contratos sociais e suas variações, bem como dos padrões de vida, da comunhão moral e aspirações socioculturais.

No Brasil somente as elites conseguem ter clareza de seus interesses e da sua situação de classe. Porém, a condição de dependência do capitalismo brasileiro inibi e dificulta esta conscientização, ocasionando um ciclo que irá eternizar (até o momento) não só a própria condição de dependência, mas também a dupla função estrutural da qual já mencionamos. As elites brasileiras:

(...) são vítimas da ilusão da autonomia nacional ao nível político, ao mesmo tempo em que não podem livrar-se das formas de associação dependente com os agentes e os interesses econômicos dos núcleos hegemônicos

⁷ FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional: Publifolha, 27^a ed., 2000 [1959].

⁸ FERNANDES, Florestan. Ensaio de sociologia geral e aplicada. A análise sociológica das classes sociais, Cap. 2. Ed. Livraria Pioneira, 1971.

externos. Daí resulta uma situação ambivalente no plano estrutural da junção da ordem econômica vigente com a ordem social de classes. A existência de um Estado nacional independente e a parte tomada por essas classes, com real autonomia, na condução da vida política interna, levam-nas a identificarem-se com os símbolos econômicos, políticos e sociais de soberania nacional e do liberalismo econômico (FERNANDES, 2008², p.74).

Fernandes em suas obras demonstra que a questão econômica não é o único fator preponderante que irá determinar quais rumos uma sociedade irá tomar. Como vimos anteriormente, e como foco deste trabalho, interessa saber qual o papel das elites sobre essas decisões, e para tal, o debate sobre as classes sociais e sobre o regime de mercado capitalista subdesenvolvido que Fernandes propõe se faz necessário.

A existência de uma economia de mercado capitalista é ponto de partida para a análise das classes sociais através da relação da estratificação social com a ordem econômica vigente, segundo Fernandes (2008²). O modelo ideal de desenvolvimento é um pressuposto baseado na revolução comercial e industrial da Inglaterra, e uma sociedade deixará a alcinha de subdesenvolvida se ultrapassar as condições históricas e estruturais de funcionamento da ordem vigente. Ou seja, uma forma determinada de autossuficiência de desenvolvimento do capitalismo interno.

Por isso que Fernandes (2008²) não dissocia a modernização da colonização, necessariamente. Ele explica que pode haver modernização sob a ordem colonial, desde que se internalize o padrão de comportamento civilizatório que a Colônia determinará. Há muito mais uma preocupação com o retorno que o país irá fornecer para o que ele chama de “polo hegemônico externo” (p. 34) do que pela própria organização interna, desde que a economia de produção e consumo estejam controladas de fora.

Ao mesmo tempo em que a ideia de modernização preza pelo desenvolvimento das bases econômicas, culturais e políticas, também está em seu horizonte o controle de tais práticas, através da universalização dos “princípios capitalistas de organização do comportamento econômico” (FERNANDES, 2008², p. 34), fazendo com que as instituições ajam para “regular a estrutura, o funcionamento e a evolução da ordem econômica da sociedade nacional” (idem, p. 35). Assim as sociedades irão “escolher” se darão um passo para um modelo mais independente ou se se fixarão como um regime de produção do capitalismo dependente.

Identificamos dois exemplos usados por Fernandes para esclarecer esses dois cenários possíveis, os EUA e o Brasil. Começando pelo país do hemisfério Norte, fica claro

que houve a superação de uma estrutura colonial através da ordem social competitiva, capaz de emergir de forma contundente.

No Brasil, mesmo que possa ter feito esforços nesse sentido, em algum momento não foi capaz deste tipo de superação, o que resultou, segundo Fernandes (2008²), em uma dupla função da economia nacional: um setor de exportação de produtos primários, que torna, como princípio da própria atividade, dependente da relação com o comércio exterior; e um setor de consumo interno, com uma produção voltada para manter uma economia de mercado já vigente, sem maiores perspectivas de superação.

Para o desenvolvimento de uma economia dependente para uma independência econômica substancial, é preciso uma profunda integração nacional através da ordem social competitiva. E que não depende de uma submissão ao centro hegemônico vigente do capitalismo global, já que esses são substituíveis.

Quando uma grande potência econômica entra em colapso, terá outra para substituir suas potencialidades de produção, ou atingir novas formas para isso:

Se ou enquanto a sociedade subdesenvolvida não possuir requisitos estruturais e dinâmicos para engendrar processos de automatização econômica, sociocultural e política, no nível do padrão de integração, funcionamento e desenvolvimento da ordem social competitiva, ela ficará condenada ao destino histórico inerente ao capitalismo dependente (FERNANDES, 2008², p 35).

Com isso Fernandes não está dizendo que a ordem capitalista destas sociedades dependentes não é moderna. O capitalismo moderno está em seu estágio na mesma ordem, digo, no mesmo espaço/tempo, em toda a sociedade de economia capitalista.

As condições de cada país em relação às estruturas de funcionamento e do modelo adotado para lidar com esta forma de vida é que irão determinar sua posição no capitalismo global. Dizer que há algum tipo de atraso em relação ao capitalismo global, se dá pelo fato de o desenvolvimento econômico, político e social não ser o ideal frente às demandas globais, e não por um atraso histórico que irá explicar que em determinado prazo, indubitavelmente, iremos alcançar a apoteose do capitalismo global.

A vinculação destas sociedades com o capitalismo dependente, está fadada a forma de mercado capitalista duplamente polarizada, como exemplificado acima. Fernandes explica que a busca por autonomia será de certo limitada, já que o que poderia oferecer as semelhanças com o centro do capitalismo mundial é justamente a “organização formal do

sistema econômico” (2008², p. 36), ou seja, o que poderia diferenciar do modelo econômico, político e social, a ordem social vigente.

A solidariedade entre as elites de restringir a competição é o que Fernandes chama de “pacto sagrado” (2008², p. 85). Essa solidariedade se torna a união de interesses que visa “transformar-se na verdadeira espinha dorsal do subdesenvolvimento” (idem, p. 85), uma legitimação socioeconômica que fornece viabilidade prática de restrição do poder e da própria competição interna, como foi dito.

Portanto, não existe um processo que irá transformar a sociedade via mercado. Neste sentido, volta-se, mais uma vez, para um processo de privilegiamento. Resta para as elites o papel de:

resguardar o privilegiamento de sua posição como se ele devesse ser natural, eterno e sagrado. Omitem-se ou opõem-se sistematicamente, pela violência onde se tornar conveniente, à institucionalização e à fruição das formas de equidade, que garantem à ordem social competitiva um padrão de equilíbrio dinâmico capaz de assegurar a classes sociais com interesses econômicos divergentes ajustamentos normais através de acomodação ou de conflito. O regime de classes assume, pois, uma dimensão peculiar. Adapta-se normalmente, em termos funcionais, a iniquidades econômicas insanáveis, a tensões políticas crônicas e a conflitos sociais insolúveis, elevando a opressão sistemática, reconhecida ou disfarçada, à categoria de estilo de vida (FERNANDES, 2008², p. 84).

São estes fatores do pacto sagrado levantado por Fernandes: do comportamento das elites através de interesses econômicos, sociais e políticos; dos conflitos sociais; da necessidade de dominação através do Estado, e da dominação mais velada ou disfarçada pelo estilo de vida concretizado pela ordem social vigente. Para isso se faz necessário o desenvolvimento dos dois próximos intentos desta pesquisa, a questão sociocultural e sociopolítica do papel das elites na dinâmica social brasileira.

2 Mudanças socioculturais no Brasil: aproximação e análise

O Brasil é um país heterogêneo e Florestan Fernandes entendia isso como condição fundamental para que as mudanças socioculturais produzissem uma grande quantidade de fatores que podem nos servir de objetos de estudo.

Como um dos focos desta pesquisa é oferecer aspectos gerais de comportamento, priorizamos três pontos, indicados por Fernandes, que ajudam a fornecer um panorama do processo de mudanças sociais brasileiro e que sofrem influência direta das elites dominantes.

São eles: “1) vigência e eficácia da ‘civilização ocidental’; 2) o elemento político na mudança sociocultural espontânea; 3) os requisitos dinâmicos da integração nacional” (2008², p. 98).

A civilização ocidental produziu para o Brasil efeitos estruturais e de comportamento por influência dos impactos da colonização durante sua vigência e, posteriormente, como consequência desta. De acordo com Fernandes (2008²), os países colonizados sofreram intervenções diretas nas instituições, que por sua vez afetaram diretamente os valores sociais influenciando o modo de vida das pessoas.

Fernandes (2008²) explica que esse tipo de influência acarretou um modelo de sociedade cujo objetivo seria explorar as potencialidades da população para manter as relações civilizatórias pré-estabelecidas pela Colônia – na relação do homem com a natureza, a sociedade e a cultura. Dessa forma seria possível forjar as condições morais e materiais de vida para produzir ou fabricar os “suportes que iriam assegurar viabilidade ao processo de transplantação sociocultural” (idem, p. 99).

Mas essa transposição sociocultural não é simples de ser feita e nem uma condição fácil de ser aceita pela população de um território tão diverso. Depende do modo como os grupos sociais se comportam frente às novas formas de civilidades. Neste sentido, Fernandes (2008²) entende que essas variáveis são um ponto analítico importante, o que nos sinaliza a necessidade de maior aprofundamento.

Se um determinado grupo social está mais enraizado em costumes que não são considerados agregadores pela nova ordem social e se mostra mais indisposto a maiores mudanças, será mais difícil introduzir novos modelos comportamentais. A depender das condições históricas, sociais e econômicas que possam estar inseridos, o fenômeno difere do que acontecerá em outros grupos, cuja abertura por mudanças é maior.

Por essa razão, Fernandes (2008²) esclarece que o caso brasileiro expressa uma necessidade que busca preservar o padrão de civilização transplantado, mas que assume características próprias com intenção de se estabelecer um padrão de civilização nacional, fator já desenvolvido no capítulo anterior.

Fernandes divide esses grupos em dois: os agentes que assumem uma característica de “consumidores de bens da civilização”; e outros agentes estão entre os “produtores” destes bens, agindo como “centros de difusão cultural” (FERNANDES, 2008², p. 100). Trata-se de uma relação estabelecida para delimitar as condições e as metas que cada grupo deve “consumir” para alcançar o “progresso” idealizado.

Precisamos esclarecer que essas formas de comportamento não são transferidas automaticamente. O desenvolvimento histórico de cada processo é responsável pelas

transferências das práticas culturais através daqueles que não queriam abrir mão de suas práticas estabelecidas em solo europeu.

As noções de interação, organização, sistema e mudança, entre outras, apresentam-se como possibilidades de pesquisar e explicar a anatomia das relações, processos e estruturas de dominação política e apropriação econômica que articulam as desigualdades e os antagonismos sociais, econômicos, políticos e culturais (IANNI, 1996, p. 28).

Para tanto era preciso organizar condicionantes morais e materiais de comportamento, mas também de integração estrutural para que a transposição fosse feita como um aspecto da herança cultural dos imigrantes, como explica Fernandes (2008²). Por isso que esse agente, o imigrante, mais uma vez assume um papel importante nesta pesquisa quando falamos em condicionantes socioeconômicos e socioculturais.

Como enquadramento da linha de raciocínio de Fernandes, é preciso prestar atenção no que ele classifica como *modelos ideais* e *formas reais*, e assim tentar compreender o papel do imigrante como o dito “agente da transplantação cultural” (2008², p. 101).

Para ficar mais claro, Fernandes (2008²) entende que os *modelos ideais* são os esforços depositados através de técnicas, instituições e valores sociais em busca de moldar a visão de mundo da sociedade, enquanto as *formas reais* são as consequências que essas ações conseguem exercer ou não.

Através deste raciocínio é possível entender que o imigrante preserva valores sociais e com isso estimula sua própria herança cultural, mas não muda a condição de que assume as *formas reais* de vida quando são inseridos em outro modelo de sociedade. Assim, estes agentes absorvem e ajudam, mesmo que involuntariamente, a propagar o padrão de civilização herdado. Há, portanto, uma tensão entre *modelos ideais* e *formas reais* de vida:

Através da luta pelo controle do poder político entre os setores português e brasileiro da aristocracia agrária, pelo abolicionismo ou pelo republicano, as opções conservantistas e inovadoras afetavam segmentos da mesma camada social (também os únicos que tinham condições socioculturais para fazer aquelas opções) (FERNANDES, 2008², p. 102).

O elemento político na mudança sociocultural é assim descrito por Fernandes, pois faz parte de uma interpretação do sociólogo de que as estruturas de poder são constituídas

através da ação de grupos políticos, geralmente de *elites atuantes*⁹ (2008², p. 105). Para desta forma obter o “controle dos processos que afetam socialmente, de modo direto ou indireto, a manifestação daqueles interesses, ideologias e valores sociais” (idem, p. 104). Portanto, a intenção é delimitar o grau de absorção destes valores na tentativa de moldar o caráter institucional de organização da sociedade.

Trata-se de uma análise muito próxima da influência das *elites do poder* desenvolvida por Wright Mills. Para entender melhor essa comparação é preciso estabelecer a influência como fato central no entendimento de Mills, pois esta determina a posição social que irá influenciar ou não nas tomadas de decisão na sociedade. Segundo o autor, “A elite do poder é composta de homens cuja posição lhes permite transcender o ambiente comum dos homens comuns, e tomar decisões de grandes consequências” (MILLS, 1976, p. 12)

Nesse sentido, Fernandes alerta para o que ele chama de *ponto morto de desequilíbrio* (2008², p. 106), um ponto, segundo o sociólogo, localizado no meio dos interesses dos grupos políticos e dos movimentos da sociedade. Pois tratava-se de uma sociedade que estava sendo estimulada pelo avanço do progresso e de mudanças com a introdução de novas formas mais dinâmicas de relações comerciais e estilos de vida, ou seja, uma nova ordem social competitiva. A função desses grupos é impedir que “o ritmo da mudança consiga vencer o ponto morto do desequilíbrio” (FERNANDES, 2008, p. 106).

Para oferecer maior abrangência sobre este diálogo entre os autores, e respeitando o contexto social, econômico e cultural da análise de ambos, segue um entendimento de atuação das elites do poder:

A elite do poder não é de governantes solitários. Conselheiros e consultores, porta-vozes e promotores de opinião são, frequentemente, os capitães de seus pensamentos e decisões superiores. Imediatamente abaixo da elite estão políticos profissionais dos níveis médios do poder, no Congresso, e nos grupos de pressão (MILLS, 1976, p. 12).

Em países com processos de desenvolvimento onde há dificuldade de expandir a ordem social competitiva, é comum que a concentração de poder e renda seja estimulada, pois há uma constante ameaça aos grupos privilegiados da sociedade, de acordo com Fernandes (2008²).

É nesse ponto que o sociólogo começa a estabelecer uma relação entre os interesses das classes dominantes, das elites atuantes, com formas autocráticas de controle social que

⁹ Para Fernandes, uma parcela das elites disposta a atuar de forma direta através das instituições para, assim, garantir as disposições necessárias do Estado que irão melhor lhes servir.

estão diretamente ligadas à implantação da visão liberal de sociedade e o esforço das elites tradicionais na manutenção do poder. Para tanto, a análise de Mills, se mostra ainda mais eficaz para a nossa pesquisa na busca de identificar o modo de atuação das elites com os agentes que tem como função colocar em prática suas demandas.

É por esta perspectiva que a integração nacional também é uma questão importante neste contexto. A ordem social competitiva em desenvolvimento amplia o regime de classes, o que fornece o caráter de “um conjunto de exigências sociodinâmicas da sociedade brasileira”, tomando “a integração nacional como fator insufocável de mudanças estruturais de longo alcance” (FERNANDES, 2008², p. 114). Isto é, a integração nacional é uma necessidade, mas também motivo de desconfiança para os setores mais conservadores.

Fernandes explica que “integração nacional significa, acima de tudo, que uma sociedade é capaz de realizar, como e enquanto nação, o padrão de equilíbrio estrutural e dinâmico inerente à dada ordem social” (idem, p. 114). Como exemplos estão os dois ciclos de integração nacional pelo qual o Brasil passou – outrora já citados, mas que merecem nova menção, à medida que servem como referência de mudanças sociais relevantes. O primeiro com a Proclamação da Independência e da implantação do Estado Nacional; o segundo após a Proclamação da República, e que de acordo com Fernandes (2008²) esteve em desenvolvimento pelo menos até a última década do século XX.

2.1 *Habitus*, distinção, prestígio e status: os lugares de autoafirmação das elites brasileiras

Dentro da proposta que esta pesquisa se dispôs a realizar, como já sinalizamos anteriormente, este item é o momento chave para apresentar o que consideramos ser o *modus operandi* de toda a cadeia de acontecimentos e padrões de comportamento na constituição da sociedade brasileira.

Para tal esforço, precisamos entender inicialmente como se estabelece o *habitus* dos agentes que irão determinar as mudanças socioculturais que poderão influenciar diretamente as relações econômicas e de poder no país.

Como vimos no capítulo anterior, o país passou por uma ramificação de um conjunto de ações que visavam a ampliação da influência dos padrões capitalistas de sociedade e da ordem social competitiva. O que influenciou a noção de comportamento que construiria a personalidade burguesa necessária para alavancar um novo patamar da economia brasileira, é

o que Florestan Fernandes chamou de “um complexo cultural fundamental da civilização capitalista no seio da sociedade brasileira” (FERNANDES, 2008, p. 119).

A maneira mais didática de se chegar a explicação do que é o *habitus* para Fernandes é fazer a ligação com a noção de *habitus* em Pierre Bourdieu, que no nosso entendimento são mais próximas do que se imagina, quando respeitados os limites de tempo/espço de análise de ambos.

Entendemos que a função do *habitus* tanto para Fernandes quanto para Bourdieu consiste na tentativa do “desmascaramento sistemático da ‘ideologia da igualdade de oportunidades’ enquanto pedra angular do processo de dominação simbólica” para assim, “(...) desvelar e revelar as formas opacas e distorcidas nas quais a luta de classes e entre frações de classes assumem na modernidade tardia” (SOUZA, 2003, p. 41). Para isso, partiremos da noção de poder simbólico.

*O Poder Simbólico*¹⁰ para Pierre Bourdieu é: “(...) esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem.” (BOURDIEU, 1989, p. 7).

Bourdieu quer dizer que o poder não precisa ser exercido somente de forma explícita, objetivada e esclarecida. Há variadas formas de exercer o poder, uma delas é a dificuldade de percepção que utiliza das entrelinhas do meio social para se estabelecer:

O poder simbólico, poder subordinado, é uma forma transformada, quer dizer, irreconhecível, transfigurada e legitimada, das outras formas de poder: só se pode passar para além da alternativa dos modelos energéticos que descrevem as relações sociais como relações de força e dos modelos cibernéticos que fazem delas relações de comunicação, na condição de se descreverem as leis de transformação que regem a transmutação das diferentes espécies de capital em capital simbólico e, em especial, o trabalho de dissimulação e transfiguração (numa palavra, de *eufemização*) que garante uma verdadeira transubstanciação das relações de força fazendo ignorar-reconhecer a violência que elas encerram objectivamente e transformando-as assim em poder simbólico, capaz de produzir efeitos reais sem dispêndio aparente de energia (idem, p. 15).

Para Bourdieu a dominação social é caracterizada pela forma de atuação dos agentes, ou seja, “A cultura dominante contribui para a integração real da classe dominante (assegurando uma comunicação imediata entre todos os seus membros e distinguindo-os das outras classes)” (idem. p. 10).

¹⁰ BOURDIEU, PIERRRE. O Poder Simbólico. In: *Capítulo I: Sobre o Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A, 1989.

Em Fernandes (2008), a construção do *habitus* burguês se dá através do padrão de civilização vigente dentro do novo capitalismo brasileiro, como já apresentamos na dinâmica socioeconômica que seria preponderante para essa absorção. Por isso que todas as mudanças socioeconômicas delineavam o cenário para a absorção do espírito burguês, como uma nova concepção de mundo, na qual nos aprofundaremos neste capítulo.

Esse *habitus* é absorvido dentro das condições de uma Revolução Burguesa, por agentes de determinadas condições econômicas, mas principalmente, pelo lugar que ocupavam na sociedade de classes que estava surgindo, de acordo com Fernandes (2008). Nosso esforço consiste em pensar o comportamento das elites brasileiras, porém outras camadas sociais também nos auxiliam para entender a função das peças no tabuleiro da sociedade em ascensão.

A distinção é o fator que deriva da forma de se portar diante dos demais, isto é, a construção de uma integração com a criação de mecanismos que irão distinguir os agentes entre si. Esse comportamento é descrito por Bourdieu (1989, p. 61) como *habitus*: “o *habitus*, como indica a palavra, é um conhecimento adquirido, e também um haver, um capital (de um sujeito transcendental na tradição idealista) o *habitus*, a *hexis*, indica a posição incorporada, quase postural”.

Então, de forma mais esclarecida, o *habitus* age como:

A forma pela qual a “necessidade” exterior pode ser introjetada, mais que isso, “encarnada” e “incorporada” pelos agentes. O *habitus* seria um sistema de estruturas cognitivas e motivadoras, ou seja, um sistema de disposições duráveis inculcadas desde a mais tenra infância que pré-molda possibilidades e impossibilidades, oportunidades e proibições, liberdades e limites de acordo com as condições objetivas (SOUZA, 2003, p. 43).

O *habitus* dominante que ditará, através da instigação e do comportamento das classes dominantes aos demais cidadãos, a forma de se comportar em sociedade. Para Bourdieu (1989), essa é uma forma de legitimar esse *habitus* dominante e colocar à margem práticas que não seguem o modelo desejado ou arquitetado pelas classes dominantes.

Antes de avançar para entender a função destes agentes, precisamos estabelecer três pontos: 1) o *habitus* indicado por Fernandes - visto pelo tempo histórico em que empregou o termo - não tem referência no conhecido *habitus* empregado por Pierre Bourdieu, o que não impede que o conceito de ambos seja útil para a nossa análise; 2) por entendermos ser interessante o exercício para a melhor compreensão da noção de *habitus*, estamos utilizando, mesmo que brevemente, a ideia de Bourdieu, já que entendemos que o sociólogo francês fez a

opção de se aprimorar melhor sobre este conceito; 3) utilizamos a ideia de Jesse Souza sobre o *habitus* por se tratar de uma interpretação lúcida sobre o conceito em si. Porém, a teoria de Souza remete críticas ao que ele está chamando de estruturalismo, que parte da análise marxista da sociedade, utilizada amplamente por Fernandes.

Para avançar sobre esses termos é preciso esclarecer que a ordem social competitiva nos leva para um terreno fértil sobre as formas de distinção que estamos tentando analisar: uma nova ordem de relações econômicas que coloca os agentes em novos patamares de competição, mas que por sobrevivência não se desfaz das relações de dominação da ordem anterior.

Para tanto, é necessário ter um olhar atento sobre as camadas intermediárias. Para Fernandes¹¹, dois agentes econômicos, os já citados “fazendeiro de café” e o “imigrante”, são também importantes para entender as tomadas de posição a partir do processo revolucionário levantado pelo sociólogo.

É neste sentido que a posição dos agentes na sociedade é, para Fernandes, e também Bourdieu, condição primordial para análise. O que Fernandes (2008) procura fazer é apontar as principais convergências e divergências entre os agentes.

Falamos anteriormente que o fazendeiro de café¹², por razão histórica, estava mais enraizado com o sistema colonial, mas separou suas riquezas do status senhorial; para o imigrante o status senhorial não era almejado, sua determinação era a riqueza em si.

O que os unem em seus objetivos é a leitura que fazem deste processo histórico como um momento de ruptura com a ordem senhorial através de uma vontade coletiva de parte da sociedade brasileira, de acordo com Fernandes (2008).

Então, temos dois papéis históricos. O fazendeiro representou o senhor rural que precisou tomar conhecimento dos acontecimentos e adaptar-se para manter suas atividades econômicas e o status social. Já o imigrante era o puxador destas mudanças, para ele, as condições colocadas pelo processo não eram tão importantes, mas sim seu desejo de enriquecer. Pode-se interpretar, assim, que o imigrante jogava melhor o jogo do novo capitalismo e, por essa razão, o fazendeiro teve que correr atrás do “destino burguês” (2008, p. 129) tão almejado pelo imigrante, salienta Fernandes.

¹¹ Tanto as análises sobre o fazendeiro de café, quanto sobre o imigrante, estão presentes principalmente nas obras: *A Revolução Burguesa no Brasil: interpretação de análise sociológica*; e *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*.

¹² “Esse grupo conformava uma espécie de ‘aristocracia meritória’ recente, e não ‘hereditária’ como a europeia, uma vez que seu predomínio advinha da concentração da riqueza e do poder” (SCHWARCZ, 2019, p. 42).

Dentro das condições destes dois agentes, mais importante do que querer ou não tomar para si o destino burguês, era o fato de que “o fazendeiro teve de precipitar-se pelos caminhos que eram trilhados pelo imigrante, coincidência responsável pelo fato de ambos aparecerem como os construtores pioneiros do Brasil moderno”. (FERNANDES, 2008, p. 129).

Como já alertamos, apesar das mudanças, as normas sociais e algumas condições coloniais são resguardadas. Um bom exemplo é a forma de lidar com a própria imagem para:

construir uma história edificante, unindo à figura do senhor aquela do “pai” – bondoso e severo – e assim projetando uma sociedade patriarcal, na qual mulheres cumpririam um papel basicamente secundário e a hierarquia teria lugar especial, jamais questionado. Aí estava o modelo de sociedade patriarcal brasileira; a família (do senhor) funcionando como esteio e anteparo, real e simbólico, para toda a organização social (SCHWARCZ, 2019, p. 43).

Fernandes (2008) explica que o fazendeiro de café soube aproveitar bem a importância do ciclo do café e suas potencialidades econômicas. Porém, sua vocação histórica em defender o status senhorial o colocou em posição de não incorporar por completo a essa nova economia em ascensão. A crise estrutural ocorre pela opção em se manter o *status* mesmo frente aos desafios econômicos, afinal, era o poder da aristocracia agrária que estava em jogo.

Para entender como se davam as mudanças de concepção de mundo dentro do capitalismo brasileiro Florestan Fernandes define o *status* para mostrar a importância frente a organização social e econômica que estava se desenhando, como “um estilo de vida, de uma concepção do mundo e de um sistema de poder” (FERNANDES, 2008, p. 132). Por isso podemos afirmar que a resistência do fazendeiro de café em manter a forma de produção escravista era tão intensa. Não se tratava apenas de uma opção mercadológica, mas de uma visão de mundo muito bem estruturada e estabelecida.

Interessa observar outra noção de *status* na tentativa de dar maior envergadura para a nossa análise. Para Wright Mills (1976), a noção de *status* está ligada as determinações impostas pela necessidade do prestígio dentro da sociedade capitalista. Propomos assim um exercício sobre essas noções para entender melhor como a nova dinâmica da ordem social competitiva pode desenvolver fatores que não foram percebidos por Fernandes.

Começamos pelo prestígio: Mills (1976) entende que o prestígio é subproduto de uma pretensão. Para ter o prestígio legitimado socialmente é preciso estar estabelecido em um

sistema de reivindicações que passam pela origem do nascimento, pelas propriedades, o nível de instrução, a renda e, claro, o poder:

No sistema de *status* de uma sociedade, essas pretensões são organizadas na forma de regras e expectativas que determinam a quem o prestígio é atribuído, por quem, de que maneira e por que razões. O nível de estima que um indivíduo tem por si mesmo é mais ou menos determinado por esse sistema de status (MILLS, 1976, p. 257).

Observa que para o nosso intento é mais interessante um olhar sobre a noção ampliada da explicação de Mills. O sistema de status, as pretensões, a forma organizativa da sociedade através de regras e expectativas, como explica o sociólogo norte-americano, é o que nos traz uma melhor percepção de um outro ponto de vista da noção de status.

O prestígio, no caso do fazendeiro, é um reconhecimento pela condição postulada anteriormente a ordem social competitiva, que por intermédio da condição de perpetuação do *status* senhorial, lhe é atribuída a renda, por mais que esse reconhecimento nunca seja uma atribuição admitida. “Um homem pretende ter prestígio por seu nível de renda, mas se esse prestígio lhe for atribuído, não será por causa da renda, e sim por sua instrução ou aparência, por exemplo” (idem, p. 258).

Essa condição nos leva também ao caso do imigrante – pela condição intermediária da sua posição social, mas, principalmente, pelo lugar de prestígio frente aos escravos recém libertos. Primeiro, os imigrantes não eram negros escravizados, não aparentavam um nível de escassez humana que a condição de escravidão impõe de forma vil, como podemos imaginar; segundo, como foi sinalizado no capítulo anterior, suas relações com a sociedade de mercado mais aberta e competitiva era familiar, geralmente pela origem europeia.

Portanto, o prestígio e o *status*, estão diretamente ligados à posição social, ao tipo de instrução – mesmo que apenas por uma narrativa de valorização do pertencimento desta instrução –, e conseqüentemente, ao *habitus* adquirido para exercer a posição social. Esse conjunto de fatores atribuem aos agentes que se adaptaram a nova ordem social as características necessárias para exercer as funções de competição dentro do que a ordem competitiva atribui ao capitalismo.

É importante ressaltar que as transformações destes atores não se dão em um período curto de tempo. Fernandes indica um exercício para tentar entender esse processo,

Quanto mais próximos estivermos do início do século, maior será a influência da herança tradicional na modelação do horizonte cultural do

fazendeiro, que procurará reproduzir o modelo de personalidade ideal do antigo “senhor de engenho” (FERNANDES, 2008, p. 136).

Conforme avança a nova ordem social competitiva no país o produtor rural vai se tornando mais um agente regado de privilégios, em maior ou menor escala. Fernandes (2008) observa as particularidades do desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Para isso apresenta a metamorfose do fazendeiro de café a Coronel, amparada pela situação econômica que a manutenção do status senhorial levou para radicalizar as condutas e manter o poder:

Nesse processo, pelo qual o fazendeiro de café experimenta transformações de personalidade, de mentalidade e de comportamento prático tão radicais, interessam particularmente à nossa exposição as duas últimas fases, em que ele se converte em ‘coronel’ e em ‘homem de negócios’. Como e enquanto ‘coronel’, ele já era o antípoda do senhor agrário. Afirmava-se, como este, através do poder político gerado por sua situação econômica (idem, p. 139).

Com o fim do Império e a decadência do modelo rural escravocrata que levaria junto a monarquia, o que perpetuou como centro de proveitos e autoridade foi a figura dos senhores, agora coronéis.

A pesquisa de Lilia Moritz Schwarcz além de trazer aspectos importantes sobre o desenvolvimento do autoritarismo no Brasil, também nos fornece curiosidades que exemplificam bem a capacidade organizativa das elites em impor condutas e vontades.

Schwarcz explica que “a força e a influência de um senhor de terra podiam ser medidas a partir de sua renda, da quantidade de escravizados que possuía (...) mas também por rituais que reforçavam o poder local” (2019, p. 47). Práticas e rituais que quando tornados costumes, e mesmo que impostos, naturalizados pela população, adquirem o caráter de *hábitus*.

Para tanto, durante o período colonial e imperial, explica Schwarcz, foi criado um manual de comportamento e atuação para os senhores. Livretos que continham sugestões de domínio sobre os escravos, principalmente. Uma espécie de “tecnologia do exercício da autoridade senhorial” (idem, p. 48).

O próximo trecho da obra da autora mostra que esses livretos, apesar de simples e rústicos, até mesmo para os padrões da época, não deixavam a desejar nem mesmo para as

intenções de Maquiavel¹³, a grosso modo, em orientar as ações pelo uso das armas e das virtudes do Príncipe alguns séculos atrás.

Muitos desses manuais dedicaram-se a fornecer “conselhos” sobre como evitar fugas de escravos. “Castigos com moderação” eram os mais recomendados como forma de prevenir “as revoltas”. Alertava-se, de outra parte, que era de bom alvitre permitir que cativos criassem porcos ou galinhas, bem como cultivassem roças ao lado de senzalas. A ideia era que despendessem tempo na pequena lavoura, capinassem as matas e, principalmente, se “divertissem”, esquecendo os projetos de fuga e rebelião. (...) Sem maiores pruridos, sugeria-se, abertamente, que as mulheres nunca fossem açoitadas em público, isso para não provocar a ira dos homens. Já os “machos, conforme constava em documentos da época, deveriam sofrer o castigo exemplar, quando se convocava toda a escravaria para assistir à punição do rebelde, cena que, em geral, contava com a presença do senhor e do feitor. Castigos eram considerados, pois, atos administrativos e de manutenção da ordem, mas igualmente como mais um momento de apresentação pública do poder do senhor, que nessas ocasiões confirmava seu arbítrio e mando (idem, p. 48).

Fernandes (2008) explica que da perspectiva do fazendeiro, as novas formas de relação comercial induziam uma modernização e um nível de liberalismo que se confrontavam com sua visão de mundo. A opção por enveredar suas práticas cunhava um padrão de comportamento político através de formas de controle abjetas. Seu objetivo era manter o “poder de mando” (2008, p. 140). Restou-lhe o mandonismo territorial e político como forma de dominação e manutenção do poder.

Era desse modo que proprietários ampliavam seus deveres, mas também acumulavam direitos. Enrijecia-se, pois, uma sociedade marcada pela autoridade do senhor, que a exercia cobrando caro pelos ‘favores’ feitos e assim naturalizava o seu domínio. Capital, autoridade, posse de escravizados, dedicação à política, liderança diante de vasta parentela, controle das populações livres e pobres, postos na Igreja e na administração pública, constituíram-se em metas fundamentais desse lustro de nobreza que encobria muita desigualdade e concentração de poderes (SCHWARCZ, 2019, p. 45).

Por outro lado, a absorção do sentido de República e de uma liberal-democracia por outra parcela de fazendeiros deu um novo caráter ao modelo comercial e financeiro praticado no país. O protagonismo deste agente o levou a sequestrar o sentido revolucionário do abolicionismo, de acordo com Fernandes (2008).

¹³ MAQUIAVEL, Nicolau. O Príncipe. Escritos políticos. Os pensadores IX. Tradução: Lívio Xavier. Editora: Abril, 1973.

Fernandes denuncia o caráter de cooptação de uma parcela da elite brasileira ao papel imprescindível do escravo em se libertar das amarras da escravidão. Essa condição subtrai e confunde, colocando em segundo plano, historicamente, o próprio escravo que “sofreria uma última e final espoliação, sendo posto à margem sem nenhuma consideração pelo seu estado ou por seu destino ulterior” (FERNANDES, 2008, 143). Fato este que será desenvolvido no próximo subtítulo referente à condição da população negra.

Conforme vimos, as adaptações são feitas por necessidades históricas, estão ligadas a forma de gerir os negócios, ao “ser social” dos agentes, ao *habitus* adquirido de acordo com o papel social a ser representado, etc. Isso faz parte da mentalidade econômica descrita em algumas oportunidades nesta pesquisa. Por isso que na nossa interpretação, principalmente a partir da mudança de comportamento que, mais uma vez, a estrutura de mercado e de desenvolvimento das estruturas da sociedade capitalista brasileira serão realizadas.

Fernandes (2008) indica que essa insistência deu continuidade ao modelo escravista como uma espécie de alicerce da estrutura senhorial de poder, que automaticamente estava fadada ao fracasso assim que essa forma de produção fosse extinta. Não obstante que essa transformação, além de ser completamente importante para a economia brasileira dali em diante, como foi exposto no capítulo anterior, foi um golpe importante para a aristocracia agrária. Que por sua vez precisou, mesmo que a contra gosto, se adaptar.

A condição de dependência do capitalismo brasileiro é uma via de mão dupla. Quer dizer, um modelo econômico e político que gera limitações às custas de maior volatilidade da elite econômica, e que força a modificação do status senhorial a aderir novas práticas socioeconômicas, tornando esta dependência mais uma forma de dominação, de acordo com Fernandes (2008).

Ao mesmo tempo em que é dependente, a elite transfere o pior sacrifício para as formas de exploração e apropriação do capital, isto é, colocando sobre a população assalariada, principalmente a mais pobre, o maior peso deste sacrifício.

Fernandes (2008) explica que a dependência existe e é um atenuante, mas é usada em favor desta mesma classe dominante. Contudo, as contradições das elites, o discurso e o papel social, não lhes conferem a humanidade necessária quando distante dos holofotes. Estão vivos no ventre do capitalismo brasileiro e no seu DNA as práticas arcaicas e bárbaras de exploração e dominação desde a escravidão no período colonial.

Como apontamos, esta seria a primeira classe social no Brasil capaz de entender e de projetar sua própria percepção frente às necessidades históricas e atuação no processo econômico, de duas formas: “1º) compreendendo-se como uma totalidade histórica; 2º)

ligando-o a probabilidades de ação política concretas e controláveis a partir da própria situação de existência dos agentes econômicos” (idem, p. 152).

A análise da constituição moral destes grupos em contato direto com a sociedade e até mesmo entre si, e a preservação do discurso e das atitudes é de suma importância. É preciso passar a ideia de que estar na posição de privilégio requer determinação, para dar sentido ao lugar que ocupa:

Chegam a definir-se prontamente como intrinsecamente dignas daquilo que possuem; chegam a acreditar-se como constituindo “naturalmente” uma elite; e na verdade consideram seus bens e seus privilégios como extensões naturais de ser de elite. Nesse sentido, a ideia de elite como composta de homens e mulheres com um caráter moral mais apurado é uma ideologia da elite em sua condição de camada dominante privilegiada, e isso é válido tanto quanto a ideologia é feita pela própria elite ou quando outros a fazem por ela (MILLS, 1975, p. 23).

Voltamos ao imigrante. Como já foi dito, esse agente atuava de maneira distinta dos agentes oriundos dos estamentos senhoriais, trava-se de um agente com diferentes características históricas e culturais, que baseava seu êxito na acumulação de capital. O que não quer dizer que quando lhe fosse propício não aproveitaria das formas tradicionais de dominação para obter seu excedente econômico.

Fernandes (2008) explica que as condições do mercado no qual esses agentes econômicos participavam ativamente, o colocava frente a uma Revolução comercial e industrial (ainda sob influência das estruturas coloniais externas). Para fazer com que suas atividades fossem lucrativas era preciso expropriar ao máximo suas potencialidades.

Não por acaso o imigrante foi o agente econômico que melhor absorveu a mentalidade capitalista e por isso exerceu o papel mais importante de estruturação do capitalismo brasileiro com três funções sociais relevantes, segundo Fernandes (2008).

A primeira, com uma autoconstrução de um “agente original de trabalho livre” (2008, p. 170); a segunda, de que sua condição histórica de quase escravidão possibilitou o acúmulo de capital, mesmo que muito pequeno, e o fez surgir como um agente econômico com real poder aquisitivo, mostrando para a plebe rural e urbana formas de vivências menos degradantes que o consumo em uma sociedade moderna e “democrática” poderia fornecer; e a terceira, a função de difundir o consumo dinamizou as práticas de produção, superando as barreiras raciais e éticas, para desenvolver o capitalismo brasileiro com características de outras economias integradas.

Esta mentalidade capitalista apresentada por Fernandes vai de encontro com a ideia do sentido moral de organização econômica para Axel Honneth, ou seja, a necessidade de dar sentido ao mercado. É preciso, antes de tudo, fornecer valor moral para a atividade econômica: “Como essência das relações de produção mutáveis, não raras vezes o ‘*homo oeconomicus*’ foi concebido como a figura do homem de negócios que sobriamente calcula suas chances de lucro” (2015, p. 330).

No entanto, é preciso contextualizar. O capitalismo europeu surge em um momento histórico em que a troca de mercadorias utilizando a moeda gerou um processo de produção e consumo capaz de se organizar também por um processo de oferta e demanda, como explica Axel Honneth (2015).

Ainda de acordo com Honneth, neste momento, o sistema de trocas de bens de consumo que antes predominava sofre mudanças, e com isso as expectativas que envolvem essa dinâmica: “tais processos podiam se dar à revelia de expectativas normativas e considerações morais, ou seja, à revelia de uma inserção ética” (HONNETH, 2015, p. 327).

Se antes se constituía uma sociedade envolta de um sistema de subsistência controlado pelo Estado feudal, com a ruptura desse sistema, as formas de lidar com as necessidades humanas modificaram-se. Apesar de antes disso já ter a noção de que havia mercado interno nas sociedades europeias:

(...) é opinião corrente que é apenas com o capitalismo que surge um sistema econômico regulador das relações de todos os que tomam parte na reprodução econômica – isto é, trabalhadores, consumidores e empreendedores – sob forma de transações mediadas pelo mercado (idem, p. 328).

Essa primeira noção da constituição do capitalismo europeu se faz necessária, pois evidencia, como podemos ver até aqui, que o surgimento de um modelo capitalista brasileiro advém de um contexto bastante diferente.

Partir de uma noção meramente comparativa, entre os dois mundos, é dar espaço para erros analíticos graves. É preciso entender, além disso, quais os aspectos que formaram o capitalismo brasileiro e a burguesia brasileira. Entender essas diferenças históricas, denota também entender as diferenças comportamentais dos agentes, tanto no contexto europeu, quanto no contexto brasileiro, que é o nosso principal desafio.

Com isso tentamos explicitar mais uma vez o caráter moral do surgimento de uma ordem social competitiva no país que tivesse o caráter de um neocolonialismo, como dito por Fernandes (2008), mas que se propusesse como uma ordem capitalista de mercado.

A noção histórica de que determinadas particularidades de determinados momentos históricos não mantêm ligação com fatores de outras épocas é um equívoco, de acordo com Fernandes (2008²), o que depende da importância dos acontecimentos e da influência que os fatos terão sob a condução da história.

A divisão social do trabalho é pedra fundamental para essas mudanças, Fernandes explica que: “Muito antes da extinção da escravidão e da universalização do trabalho livre, a esfera de serviços sofrera extensa modificação, tanto no nível das elites, quanto no nível das massas ou dos assalariados” (2008, p. 45). Com essa afirmação o sociólogo abre uma interpretação que, se *aburguesando* ou não, a elite brasileira, ontem e hoje, fornece um tipo de serviço a alguém, e sua função social será delimitada por outrem, e não por si, como pressupõe a teoria do capitalismo dependente.

Com o avanço das mudanças sociais, depois da Abolição, mudam-se as dinâmicas da base material e política das oligarquias. Apesar destes estratos dominantes entenderem a necessidade de adaptar-se as mudanças, essa crise “como um processo normal de diferenciação e de reintegração do poder – tornou os interesses especificamente oligárquicos menos visíveis e mais flexíveis, favorecendo um rápido deslocamento do poder decisivo da oligarquia ‘tradicional’ para a ‘moderna’” (idem, p. 245).

Para nos localizar no tempo histórico, essas mudanças ocorreram no final do século XIX, quando essa mesma oligarquia agrária modificou-se, tornando mais intenso o investimento na sociedade urbana de negócios.

Mais uma vez, as elites brasileiras se adaptam e continuam com o propósito de preservar privilégios. Fernandes entende que essa combinação entre conflitos de interesses, mudanças na forma racional de agir perante as demandas da nova ordem social, e a necessidade de acomodação de *status* “repousa o que se poderia chamar de *consolidação conservadora* da dominação burguesa no Brasil.” (2008, p. 245).

2.2 A condição do negro

Como estamos tratando da posição social dos agentes sociais, temos por dever da análise sociológica, colocar em evidência a condição do negro dentro da nova ordem social competitiva. Essa condição estrutura até hoje, com algumas variações, as dinâmicas das relações sociais dentro da sociedade brasileira.

É o negro, escravo e livre, isto é, o trabalhador braçal, na lavoura e na indústria, que descortina um horizonte inesperado, amplo. Ao lado do índio, do imigrante, do colono, do camarada, do peão e de outros, a presença do negro na história social brasileira desvenda perspectivas fundamentais para a construção do ponto de vista crítico na sociologia, nas ciências sociais e em outras esferas do pensamento brasileiro (IANNI, 1996, p. 32).

No decorrer de suas obras Fernandes entendeu a importância deste tema, e por isso queremos dar relevância para indicar a posição da população negra, principalmente a recém liberta da condição de escravidão. Assim pretendemos não só esclarecer o papel estrutural do racismo no Brasil, mas atribuir também as condicionantes comportamentais de adaptação da condição do negro, sobretudo no que diz respeito à dominação racial e a exploração capitalista.

Nossa intenção, mesmo que breve e despretensiosa frente à demanda de obras e pesquisas sobre o tema, é oferecer um pouco do ponto de vista do autor sobre um elemento condicionante do desenvolvimento capitalista no Brasil, o racismo.

No Brasil, o sistema escravocrata transformou-se num modelo tão enraizado que acabou se convertendo numa linguagem, com graves consequências. Grassou por aqui, do século XVI ao XIX, uma escandalosa injustiça amparada pela artimanha da legalidade (...) a escravidão foi bem mais que um sistema econômico: ela moldou condutas, definiu desigualdades sociais, fez de raça e cor marcadoras de diferenças fundamentais, ordenou etiquetas de mando e obediência, e criou uma sociedade condicionada pelo paternalismo e por uma hierarquia muito estrita (SCHWARCZ, 2019, p. 28).

Para tanto, partiremos do ponto em que nos colocou o debate: a condição inicial do liberto. Durante a pesquisa podemos observar que a intenção de Fernandes era iluminar os processos em mudança na sociedade brasileira, em como se deu a passagem de uma sociedade estamental para uma sociedade de classes. E o que mais nos interessa: a posição dos agentes sociais sobre essas novas dinâmicas.

Para isso o autor fez o exercício de tentar entender como combinar em um mesmo espaço a noção de cidadão e a constituição de um país ou Estado capaz de absorver uma condição de modernidade, integrando a condição do negro à ordem competitiva. Ao mesmo tempo em que se preservavam as racionalidades da ordem estamental e escravocrata.

É bom salientar, antes de tudo, que Fernandes tenta dar um olhar mais abrangente sobre o país, mas parte de uma vivência e de uma pesquisa da realidade paulistana. O próprio autor faz essa ponderação:

O tema central e dominante consiste sempre na situação do negro e do mulato na sociedade brasileira, vista a partir de São Paulo. Esta cidade é mais tipicamente brasileira do que parece, no sentido do que foi tradicional ou, no oposto, do que é moderno, oferecendo um bom campo para o estudo do padrão brasileiro de relações raciais (FERNANDES, 2007, p. 25).

Há um ponto em que precisamos nos preocupar. Como o Brasil é um país de proporções continentais, com uma população heterogênea, não é difícil encontrar argumentos para levantar algumas dúvidas sobre as análises de Fernandes. Porém, também é preciso ponderar que São Paulo é um objeto de estudo que pode oferecer grandes oportunidades de compreensão do país, constituindo o que Fernandes chama de uma *verdade empiricamente aproximada* (2007, p. 27). Por isso as contribuições deste sociólogo foram e são tão relevantes para o tema.

A obra de Fernandes, desde *A Revolução Burguesa no Brasil*, passando por *Sociedades de classes e subdesenvolvimento*, até chegar ao trabalho sobre *O negro no mundo dos brancos*, entre outras, é marcada pela intenção em identificar os fatores psicossociais e socioculturais capazes de fornecer as bases de estruturação da “desintegração do sistema de castas e estamentos à formação e à expansão do sistema de classes” (idem, p 26).

Não por acaso – e a história do Brasil impõe isso de forma muito contundente – a condição racial é de suma importância. O negro, apesar de ser e de constituir essa dinâmica social brasileira desde o período colonial, não foi considerado como agente relevante do corpo social pelas classes dominantes.

A escravidão para nós não foi meramente uma base material instrumental de sustentação do sistema. Ela foi o principal elemento estruturante e classificador da nação, não deixando nenhum aspecto dela, seja político ou social, isento de suas profundas marcas. A escravidão, assim, fundou uma nação chamada Brasil (MACIEL, 2007, p. 50).

Fernandes (2007) explica que o negro sempre foi posto, no mundo dos brancos para os brancos, como à margem das atribuições que o capitalismo determina. Ou seja, “condenado a um mundo que não se organizou para trata-lo como ser humano e como ‘igual’” (idem, p. 33). Afinal, “mistura não era (e nunca foi) sinônimo de igualdade” (SCHAWARCZ, 2019, p. 16).

Isto torna, do ponto de vista sociológico, o que podemos chamar de uma condição *avessa ao prestígio* (termo nosso). Se entendemos o prestígio como uma intenção relacionada com uma pretensão, como absorvemos da noção de Wright Mills. Neste caso para se inserir

em uma dinâmica social capaz de fornecer uma condição de vida minimamente humana, essa condição não será legitimada socialmente para responder às reivindicações do espectro social.

É na ordem social competitiva que se dá a classificação, mas é no universo da produção que emerge a função estratificadora na acepção de Marx. A partir dessa elaboração, Florestan pode estabelecer a relação entre classes e preconceito, sem reduzir um ao outro. A análise da situação social do negro é fundamental ao destino que se pretende dar à ordem social competitiva e às classes na sociedade. Ou seja, a análise da marginalidade a que foram relegados negros e mulatos expõe os impasses da modernização no Brasil (ARRUDA, 1996, p. 13).

Isso coloca o negro refém de um padrão de comportamento e de aceitação: “para participar desse mundo, o negro e o mulato se viram compelidos a se identificar com o branqueamento psicossocial e moral. Tiveram que sair de sua pele, simulando a condição humana-padrão do ‘mundo dos brancos’” (FERNANDES, 2007, p. 33).

Desta maneira, para Fernandes, as relações raciais entre negros e brancos no Brasil parte de um *mito revelador* (2017, p. 29), que pode ser pensado a partir da vinda de negros africanos escravizados. De acordo com a nossa interpretação, Fernandes parte do princípio da libertação dos escravos, pois se trata de um novo momento da exploração do trabalho.

Antes da Abolição o negro, principalmente na condição de escravo, era tratado como “coisa”, uma propriedade. Pós-abolição essa condição de “coisa” deveria mudar, já que o negro não seria mais uma propriedade. O que pode ter ocorrido na forma expressa da lei, no papel, porém a superexploração do ser humano passou a ocorrer de forma mais velada, com maior aceitação social. Esta condição torna essa nova sociedade de castas também uma nova sociedade classes, que tem a condição da raça como fator estruturante, de acordo com Fernandes (2007).

A condição da raça é importante após a Abolição, pois Fernandes (2017) percebe que essa massa de libertos ficou largada à própria sorte, refém de um antigo sistema de produção e inserida em uma nova ordem competitiva, na qual não estava preparada para se inserir.

O mito no qual Fernandes se baseia, parte de uma sociedade constituída para a perpetuação de privilégios de uma determinada classe, como já dissemos no capítulo anterior, uma revolução das elites, para as elites. Fernandes complementa esse raciocínio: “no plano racial, de uma revolução do branco para o branco” (FERNANDES, 2017, p. 30).

Do ponto de vista com o qual propomos esta pesquisa, deixamos evidente que a questão do capitalismo dependente e da democracia rondam nossas análises. O mito no qual Fernandes se refere perpassa esse exercício. Quando trata desta falsa similaridade, o sociólogo

brasileiro coloca em palavras não só uma análise sociológica pertinente, mas também um desabafo compreensível:

Daí a necessidade do mito. A falsa consciência oculta a realidade e simplifica as coisas. Todo um complexo de privilégios, padrões de comportamento e “valores” de uma ordem social arcaica podia manter-se intacto, em proveito dos estratos dominantes da “raça branca”, embora em prejuízo fatal da Nação. As elites e classes privilegiadas não precisavam levar a revolução social à esfera das relações raciais, na qual a democracia germinaria espontaneamente... Cinismo? Não! A consciência social turva, obstinada e mesquinha dos egoísmos enraizados, que não se viam postos à prova (antes, se protegiam) contra as exigências cruéis de uma estratificação racial extremamente desigual (idem, p. 30).

A falsa consciência levantada por Fernandes, se traduz no comportamento velado que introduziu a nova ordem social fundada pelo trabalho livre, um modelo de valoração do prestígio inatingível pelo liberto.

De forma mais direta, o mito é o mecanismo que “permite ignorar a enormidade da preservação de desigualdades tão extremas e desumanas, como são as desigualdades raciais no Brasil” (idem, p. 34). E também que evidencia o nível de dramaticidade que essas pessoas foram colocadas frente às mudanças sociais.

É um agente duplamente espoliado: “primeiro, porque o ex-agente do trabalho escravo não recebeu nenhuma indenização, garantia ou assistência; segundo, porque se viu, repentinamente, em competição com o branco em ocupações que eram degradadas e repelidas anteriormente”. (FERNANDES, 2017, p. 66)

Essa é, para Fernandes, a forma mais sutil de introdução do mito da falsa democracia racial para a obtenção do que ele chama de “despojamento social” (2017, p. 66). Quer dizer, como dizemos anteriormente, uma forma de tornar tácita a condição de segregação racial através da condição do trabalho. Uma forma de promover uma ascensão social do negro, mas que na verdade, é apenas uma nova incorporação ao sistema de classes.

Portanto, no entendimento de Fernandes (2007), não há no Brasil, salvo em casos isolados, um horizonte de possibilidade de ascensão social do negro. Recentemente, esse debate ganhou novos ares com a crescente mobilização de movimentos das causas do povo negro, que conquistaram, entre outras coisas, a implementação das cotas raciais nas universidades públicas.

A partir disso podemos entender como a situação do negro só se torna um elemento importante de percepção para a sociedade quando coloca em conflito o elemento essencial da condição do branco na dinâmica social brasileira, o privilégio.

Apontamos anteriormente o prestígio que, por sua vez está diretamente ligado ao privilégio. Somente a ameaça ao prestígio torna a situação do negro relevante no debate nacional, como salientamos, a cota racial em universidades públicas é um deles.

(...) a cor não é um elemento importante na percepção e na consciência racial do mundo pelo branco. Até agora, ele nunca se sentiu ameaçado pela desintegração da escravidão e pela competição ou conflito com negros e mulatos. O branco só percebe o negro ou o mulato e tem consciência dele quando enfrenta uma situação concreta, inesperada, ou quando a sua atenção é dirigida para questões relacionadas com o “problema da cor” (FERNANDES, 2007, p. 92).

O que queremos chamar atenção agora é que, para Fernandes, a democracia racial no Brasil é em si contraditória pois “confundem padrões de tolerância estritamente imperativos na esfera do decoro social com igualdade racial propriamente dita” (idem, p. 67).

Isto quer dizer que a aceitação do negro em sociedade não está relacionada com a integração do negro em sociedade. São fatores diferentes, mas que pela tentativa de dar ao país um aspecto de miscigenação socialmente aceita, transfere sempre para depois a implementação de políticas públicas capazes de integrar realmente o negro. Entendemos que essas medidas, atualmente, passam de forma contundente por enfrentar a dramática situação da desigualdade social no país.

Portanto, nesse ponto, se faz necessário assumir dois aspectos racionais da situação no Brasil “primeiro, o nível manifesto, em que a igualdade racial e a democracia racial se presumem e proclamam; segundo, o nível disfarçado, em que funções colaterais agem através, abaixo e além da estratificação social.” (idem, p. 82). Em função disso Fernandes tentou identificar um *modelo brasileiro de preconceito e discriminação raciais*, que parte de duas interações, são elas: *escravo-senhor e liberto-branco*.

Fernandes (2007) explica que essa interação parte de um princípio assimétrico, transferido de uma relação de ordem escravocrata e senhorial, para uma ordem social dentro de um sistema de classes. O que nos leva a pensar, mais uma vez, as funções do capitalismo dependente para a condição racial, que fazem com que estes dois constituem o fator mais importante de estruturação da sociedade brasileira.

Essas dinâmicas sociais apresentadas até aqui podem dar a falsa impressão de que toda a configuração da sociedade brasileira, ao longo de sua história, é construída de forma muito bem organizada. Pode parecer que existem determinações conferidas a agentes capazes

de orquestrar o desenvolvimento de uma sociedade como se fossem maestros ou pintores de um determinado quadro histórico brasileiro.

Na verdade, o que tentamos apresentar são as condições colocadas pela história brasileira, que conseguem ser bem absorvidas por aqueles que têm a capacidade de tomar para si as decisões que mais irão lhes beneficiar. Essa é a grande condição determinante de fazer com que as elites sejam, para Fernandes e Mills, a classe social capaz de se constituir como peça orgânica dos seus próprios rumos históricos.

Traremos mais um exemplo de como as elites se aproveitaram da condição do negro na nova ordem capitalista, mais do que a simples continuação da superexploração do trabalho, mas como destino social, e principalmente cultural, de espoliação concreta e subjetiva.

Fernandes explica que: “A escravidão esboroou, mas o substituto e o sucessor do escravo não foi o trabalhador negro livre, mas o trabalhador branco livre estrangeiro ou então o homem pobre livre, mestiço ou branco, porém sempre marginalizado sob o regime de produção escravista” (FERNANDES, 2017, p. 38). E é essa condição que nos interessa agora, a condição de marginalização.

Em confronto com o prestígio, a condição marginalizada na sociedade é de quem não provém das condicionantes impostas pela ordem vigente, e pela condição moral imperante na sociedade. Fernandes explica que o papel das elites na manutenção da condição do negro era condicioná-lo a não suprir as necessidades da ordem social competitiva, “colocando o negro à margem da história” (FERNANDES, 2007, p. 111).

Nesse contexto, coube ao negro um processo contínuo de marginalização; ou através de um trabalho de superexploração; ou por uma condição de total degradação social como, “o abandono do menor, do doente ou do velho, a ‘mãe solteira’, o alcoolismo, a vadiagem, a prostituição, a criminalidade ocasional (...) A miséria associou-se à anomia social, formando uma cadeira de ferro que prendia o negro, coletivamente, a um destino inexorável” (idem, p. 112).

Através de um processo sociocultural, dentro de uma dinâmica socioeconômica de constituição da sociedade brasileira, as aspirações do negro foram se esvaindo para trabalhos degradantes, de baixa remuneração, de acordo com Fernandes (2007). O negro, mesmo liberto, não é cidadão. Subjetivamente absorve uma condição condenada à escravidão.

Por isso, pondera Schwarcz, após a emancipação da população negra, nas ruas do Rio de Janeiro, se cunhou o dito popular: *A liberdade é negra, mas a igualdade é branca*. “A citação se referia à liberdade recém-conquistada pelos negros, com a abolição da escravidão,

mas indicava, igualmente, a persistência dos severos padrões de desigualdade no país, problema que ainda aflige os brasileiros” (2019, p. 31).

A necessidade de uma interação entre a atividade exercida e a condição subjetiva determinada pelo meio social é uma necessidade humana de suma importância. Não é por acaso que Fernandes (2007) se preocupa com a subjetividade da condição do negro, “A identidade pessoal consiste, assim, em (pelo menos) algum tipo de ‘identidade de consciência’, em continuidade psíquica” (CHOMSKY, 2019, p. 79).

Noam Chomsky quer dizer que o conceito de pessoa não está atrelado somente a condição que o portador o coloca. E usa o exemplo: se damos o nome de “João” a alguém, esta pessoa não é definida pelo nome, ou pelo corpo que ocupa, há inúmeras variações que irão determinar quem é a pessoa “João”.

O negro, como agente histórico de condição desumanizada, tem toda a sua identidade construída pela consciência de sujeito desprovido de valores culturais, sociais e econômicos. Sua “continuidade psíquica” é de alguém que ocupa a margem da sociedade, nunca o centro, e quase nunca posições de prestígio.

Ser obrigado a estar nessa condição, o fez adotar a subjetividade de uma propriedade, e pior, pouco valorizada. Sua valorização não é pela identidade de um indivíduo ativo, mas pelos valores que o rondam, anteriores ao nascimento, e constituídos em vida. “Por isso, a imputação da identidade é uma construção da imaginação, e os fatores que entram na construção dessa imaginação tornam-se um tópico das ciências cognitivas” (idem, p. 86).

De acordo com as pesquisas realizadas por Florestan Fernandes e Roger Bastide¹⁴ na cidade de São Paulo, essa condição começa a mudar, muito vagarosamente, por volta de 1925 e 1930, quando começam a tomar mais corpo processos de elaboração de autodefesa da população negra urbana. Isso não quer dizer que variados movimentos, antes, durante e pós Abolição, não tenham ocorrido. Fazem, inclusive, parte atuante da história do país.

É preciso esclarecer que a escravidão no Brasil foi uma das mais desumanas e violentas, o que gerou muita resistência por parte da população escravizada que “mataram seus senhores e feitores, se aquilombaram, suicidaram-se, abortaram, fugiram, promoveram insurreições de todo tipo e revoltas dos mais diferentes formatos” (SCHWARCZ, 2019, p. 29).

O que Fernandes e Bastide estão chamando atenção é para a produção mais madura de uma imprensa negra “empenhada em difundir formas de autoconsciência da situação racial

¹⁴ Roger Bastide (1898-1974) foi professor de Sociologia I, no Departamento de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo, vaga deixada pelo professor Claude Lévi-Strauss.

brasileira e do ‘abandono do negro’, e também em organizações dispostas a levar o ‘protesto da gente negra’ ao terreno prático” (FERNANDES, 2007, p. 113).

Iniciando assim um processo de maior confronto, mas principalmente, de maior visibilidade para a população urbana em geral,

Pela primeira vez na história social da cidade, negros e mulatos coligavam-se para defender os interesses econômicos, sociais e culturais da ‘raça’, buscando formas de solidariedade e de atuação social organizada que redundassem em benefício da reeducação do negro, na elevação progressiva de sua participação no nível de renda, no estilo de vida e nas atividades políticas da coletividade e, por conseguinte, de sua capacidade em converter-se em *cidadão*, segundo os modelos impostos pela sociedade inclusiva (idem, p. 113).

Podemos perceber que o esforço promovido pelos movimentos na época – que se repetem de forma mais contundente até os dias atuais – busca uma forma de empoderamento do *ser cidadão*, mais precisamente, do *ser negro*. É preciso entender que o *ser negro* aqui citado, até certo momento, e ainda reverberado até hoje, não significa *ser cidadão* aos olhos e valores do modelo de sociedade inclusiva, como afirma Fernandes (2007).

Lilia Schwarcz traz em sua pesquisa uma passagem do diário de Lima Barreto¹⁵ no início do século XX, colocando mesmo os intelectuais negros em condições de pouca visibilidade em espaços de prestígio. De acordo com Schwarcz (2019), Barreto escreveu: “A capacidade mental dos negros é discutida *a priori* e a dos brancos, *a posteriori*”. A antropóloga e historiadora explica:

Tal configuração social, que levou à exclusão de boa parte da população das principais instituições brasileira, produziu ainda um apagamento dos poucos intelectuais negros que haviam logrado se distinguir na época colonial e especialmente durante o Império (SCHWARCZ, 2019, p. 31).

O que buscamos ressaltar é que enquanto houver a mesma estrutura social que foi galvanizada pelo racismo, mantendo um nível de desigualdade alarmante, uma sociedade multirracial democrática faz parte de um empenho inatingível.

Esse padrão sociocultural se reproduz “continuamente no presente, a concentração social da renda, do prestígio social e do poder engendra um arcabouço social que nada (ou muito pouco) ostenta de competitivo, de igualitário e de democrático” (FERNANDES, 2007,

¹⁵ Afonso Henriques de Lima Barreto (1881-1922) foi jornalista e romancista no período da Primeira República, autor de *Policarpo Quaresma*, entre outras obras.

p. 117). O que nos faz remeter novamente aos mitos sociais, principalmente o da democracia racial brasileira.

Tentamos demonstrar, a partir do exposto deste item, um pouco do que Fernandes (2007) chama de um *dilema racial brasileiro* através de um difícil processo histórico-social que categorias sociais e raciais enfrentam. Para superá-los seria preciso “mudar a estrutura da distribuição da renda, do prestígio social e do poder (...)”. Para enfim ser reavaliada a dívida histórica que a população negra acumulou durante tanto tempo em busca de “(...) um mínimo de equidade econômica, social e cultural” (idem, p. 127).

Para atualizar mais o tema e justificar o nosso entendimento acerca da perpetuação de uma sociedade estruturada pela escravidão e pelo racismo, utilizaremos novamente na obra de Lilia Schwarcz alguns dados que comprovam que “Essas histórias ‘persistentes’, que não terminam com a mera troca de regimes; elas ficam encravadas nas práticas, costumes e crenças sociais, produzindo novas formas de racismo e de estratificação” (2019, p. 32)

Schwarcz (2019) aponta que o relatório do Ipea¹⁶, no período de 1993 a 2007, mostra que a população branca continua vivendo mais do que a negra. A estimativa de homens brancos acima de sessenta anos aumentou de 8,2% para 11,1%, ao passo que de negros aumentou de 6,5% para 8%. Mas o que chama mais atenção são os índices de mortalidade. A taxa de homicídios no ano de 2010 entre jovens brancos foi de 28,3 a cada 100 mil, enquanto que a taxa de jovens negros chegou a alarmantes 71,7 a cada 100 mil no país, ultrapassando em alguns estados a impressionante marca de cem para 100 mil jovens negros.

Esses dados mostram que não é exagero falar em genocídio negro no Brasil:

criamos uma nação profundamente desigual e racista, cujos índices de violência não pararam nos tempos da escravidão. Eles têm sido reescritos na ordem do tempo contemporâneo, que mostra como o racismo ainda se agarra a uma ideologia cujo propósito é garantir a manutenção de privilégios (...) A escravidão nos legou uma sociedade autoritária, a qual tratamos de reproduzir em termos modernos. Uma sociedade acostumada com hierarquias de mando, que usa de uma determinada história mítica do passado para justificar o presente, e que lida muito mal com a ideia da igualdade na divisão de deveres mas dos direitos também (idem, p. 35, 36).

Não temos dúvida de que o racismo faz parte das estruturas sociais que delimitam as ações no Brasil, tanto no campo institucional, quanto no cotidiano da vida social. Podemos ver isso de forma clara nas obras de Florestan Fernandes, Jesse Souza, Lilia Schwarcz, entre

¹⁶ SCHWARCZ, Lilia Moritz. Sobre o autoritarismo brasileiro. 1º ed – São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

tantos outros. Vemos como um compromisso sociológico colocar em destaque este tema, mas principalmente, como um compromisso humano.

3 A demanda pela autocracia em estado permanente

O que constituiu o capitalismo brasileiro e a transformação pela qual passou esse modelo social e econômico de sociedade é, também, consequência da forma como se estrutura o Estado e as possíveis demandas políticas. Fernandes está chamando de *modelo autocrático-burguês* a formação de uma sociedade com características específicas de lidar com as condicionantes impostas pelo desenvolvimento capitalista. Esta formação histórico-social é crucial para entender como a autocracia se estabelece no conjunto da sociedade brasileira, e é sobre isso que direcionamos nosso olhar agora.

No pensamento de Fernandes não há uma uniformidade ou um único modelo de transformação capitalista e, portanto, não haverá também um único modelo de democracia burguesa para respaldar as variadas formas de se estabelecer o capitalismo. As conjunturas internas e externas são de suma importância para determinar a transformação capitalista. É neste sentido que a análise se torna uma tarefa complexa, pois estão incluídas dinâmicas socioculturais, econômicas e políticas específicas.

Podemos observar no decorrer desta pesquisa que em países de capitalismo dependente, as elites irão absorver os requisitos para a transformação capitalista interna e quais transformações estarão dispostas a realizar para concretizar tanto o modelo capitalista de desenvolvimento, quanto às formas de ordenação estatal. Isto é, qual a forma e intensidade que a democracia irá representar para as elites, para combinar “transformação capitalista e dominação burguesa” (FERNANDES, 2008, p. 340).

Essa combinação resulta na redefinição do que é a democracia burguesa, à medida que de acordo com o processo histórico de cada nação, – e com as especificidades de cada uma – há uma mudança na intensidade com que esses fatores são postos em prática. Para Fernandes (2019), a racionalidade do uso das formas de dominação e exploração das elites no Brasil gera uma relação de afinidade entre o desenvolvimento capitalista interno e a autocracia.

Por essa razão que o conflito apresentado por Fernandes se estabelece entre democracia x autocracia:

A noção de “democracia burguesa” sofre uma redefinição (...) mas se impõe como uma realidade prática inexorável, pela qual ela se restringe aos membros das classes possuidoras que se qualifiquem, econômica, social e politicamente, para o exercício da dominação burguesa (FERNANDES, 2008, p. 340).

Esse conflito nos traz a reflexão da própria relação entre capitalismo e democracia. A pensadora norte-americana Ellen Meiksins Wood faz esse exercício. Wood parte da premissa de que não há espaço para uma democracia plena dentro dos marcos do capitalismo, ou seja, reformar o capitalismo é tão ou mais utópico do que a sua superação, neste caso, o socialismo.

O liberalismo é uma ideia moderna baseada em formas pré-modernas e pré-capitalistas de poder. Ao mesmo tempo, se os princípios básicos do liberalismo são anteriores ao capitalismo, o que torna possível a identificação de uma democracia com liberalismo é o próprio capitalismo. A ideia de ‘democracia liberal’ só se tornou pensável – e quero dizer literalmente pensável – com o surgimento das relações sociais capitalistas de propriedade. O capitalismo tornou possível a redefinição de democracia e sua redução ao liberalismo (WOOD, 2011, p. 201).

Neste ponto Wood encontra na obra de Fernandes total respaldo. A norte-americana entende que o intelectual deve se posicionar de forma clara sobre qual caminho escolher: o de uma reforma que não irá modificar as estruturas de dominação e perpetuação do capitalismo; ou a superação total da ordem capitalista. Mas essa não é uma questão que merece nossa atenção agora.

O terreno político é o meio de legitimação das formas de dominação capaz de tornar tão desigual as relações sociais que deveriam, em teoria, ser iguais para todo cidadão em um modelo democrático de sociedade, o que não ocorre na prática. Porém, essas vantagens econômicas, políticas e sociais não são o cerne da questão para as elites. Fernandes (2008) observa que o ponto central sempre foi a autopreservação e a preservação do sistema produtivo que mantém as diversas articulações do mundo social: o capitalismo.

Deste modo, é importante para as elites um ideal que tenha por princípio conservar a dominação, uma noção da realidade adversa do pensamento popular e que por vezes seja posto em prática para garantir a ordem vigente. Fernandes (1986²) vai apontar para a resistência das elites que incide sobre qualquer ideia de liberalismo reformista que possa ser apresentado pelo conjunto da sociedade.

Fernandes entende que as elites não conseguem sustentar somente o liberalismo econômico, mas também o ideal liberal de atuação política. Isto porque não são capazes de passar longos períodos respeitando uma normalidade constitucional, fazendo com que a

democracia liberal representativa se torne “uma ficção ou uma mistificação grosseira” (FERNANDES, 1986², p. 18).

Essas limitações mostram um caráter reducionista da dominação burguesa, que na ânsia da manutenção por privilégios opta por caminhos autocráticos, por vezes, fascistas, como praticado durante o período de ditadura empresarial militar iniciado em 1964. Por isso que no contexto de capitalismo dependente resta às elites unir forças para sustentar um modelo que visa a expropriação das camadas mais pobres da sociedade, de acordo com Fernandes (2019).

Boaventura de Souza Santos nos traz uma contribuição mais recente sobre o tema. A partir da fragilização da democracia, a sociedade adota uma racionalidade de caráter fascista: “radicalizar a democracia significa intensificar sua tensão com o capitalismo” (SANTOS, 2016, p. 126). O resultado disso pode ter um desfecho em um aprofundamento da repressão por parte das classes dominantes.

No nosso entendimento, esta posição de Boaventura não diminui a ideia de Fernandes e Wood de incompatibilidade de uma democracia plena dentro de um modelo capitalista de produção. Apenas denota uma visão diferente para que possamos ampliar nossas perspectivas.

Boaventura explica que o tensionamento estimula manifestações de forças fascistas¹⁷, já que o esvaziamento da democracia não deixa outro caminho que não seja continuar a reprodução do capitalismo por meios repressivos. Com algumas ressalvas, o caso brasileiro pós-golpe parlamentar de 2016 apresenta características relevantes sobre essa hipótese.

Quanto mais significativas as vitórias democráticas – quanto mais eficazes forem as forças socialistas na luta pela maior redistribuição social e pela inclusão intercultural, maior é a probabilidade de o bloco capitalista recorrer a meios não democráticos, isto é, fascistas, para recuperar o controle do poder de Estado (idem, p. 127).

Essa forma de usar meios não democráticos para impor as demandas à população, se dá, contraditoriamente, por meio do discurso de “defesa da democracia” e antissocialista, de

¹⁷ Precisamos contextualizar o que Boaventura está definindo como fascismo. Para o sociólogo português trata-se de relações sociais de poder completamente desiguais. Depende do contexto político e social, e pode se expressar de maneira mais ou menos intensa, como: relações de trabalho que envolvem imigrantes ilegais; relações familiares com violência doméstica; relações de racismo e exclusão social que promovem dentro da dinâmica das estruturas urbanas; a exploração do capital financeiro sobre os países visando o lucro especulativo; a privatização de bens essenciais como a água; etc.

acordo com o que vimos com Florestan Fernandes. A retórica da “ameaça comunista” é largamente utilizada para alimentar as pretensões fascistas no aparelhamento do Estado.

Fizemos esse exercício por dentro da ideia de fascismo político em Boaventura, por se tratar de uma proposta que pode nos ajudar a traduzir a realidade brasileira atual. Apesar de difícil identificação já que, diferente dos fascismos do século XX, não propõe a superação da democracia, o fascismo usado por Boaventura tenta se camuflar através dela, dando a ideia de que se a sociedade não for governada por ele (o fascista) não será possível ser governada. O fascista, neste caso, promove algo que na verdade não tem a menor possibilidade de sustentar, e o autoritarismo se torna a sua única fonte de sustentação.

No Brasil atual, através da fragilização da política, tentou-se criar um governo substituto após o que estamos chamando de Golpe Parlamentar de 2016¹⁸, que fosse capaz de fazer surgir novas forças políticas. No nosso entendimento, com a intenção de fazer “o uso estratégico do espaço político para ajustar o Estado e o governo a uma concepção nitidamente totalitária de utilização de poder” (FERNANDES, 1981, p. 20).

Fernandes afirma que a autocracia está em constante embate com os interesses populares e por isso é frágil, mas sempre disposta a usar de meios antidemocráticos para amenizar suas fragilidades: “o desenvolvimento capitalista comporta a existência, a reprodução e o fortalecimento de dinamismos de desalienação, de desmistificação e de autoafirmação coletiva” (FERNANDES, 1986, p. 51).

Importante frisar que há diferença entre a fragilidade da autocracia como forma de domínio público; e da constituição das elites, como grupo social, que no entendimento de Fernandes (2008²) não se mostra frágil, mas sim organizado.

A Nova República repercute esse paradoxo à sua maneira, para Fernandes, “ela não é nova nem é uma república” (FERNANDES, 1986, p. 55). Assim, sempre esteve fadada a produzir uma *democracia restrita* – termo utilizado pelo sociólogo para caracterizar um modelo democrático levemente aberto ao jogo eleitoral – com favorecimentos clientelistas de utilização do Estado e de forte atuação paternalista com um “despotismo burguês institucionalizado” (1986, p. 56).

Neste sentido, o discurso das classes dominantes em insistir no termo “democracia” é primordial para dar a esse modelo uma sensação de pertencimento das classes populares, combinado com o sufrágio eleitoral. Mas que no seu conteúdo está para servir aos domínios das elites que se perpetuam pelo decorrer da história, de acordo com Fernandes (2019).

¹⁸ SOUZA, Jessé. A radiografia do golpe: entenda como e por que você foi enganado. – Rio de Janeiro: LeYa, 2016.

Salientamos que a formação do capitalismo brasileiro sofre com a condição de dependência de nossas elites e têm em seu seio variáveis quase exclusivas, se comparadas ao desenvolvimento do capitalismo em outros países. Queremos dizer que o amálgama que constitui a formação do Estado e do capitalismo brasileiro possui características próprias, e que a régua usada para medir essas características provavelmente não servirão para outros contextos.

A condição de dependência do capitalismo brasileiro não se dá por um atraso no desenvolvimento do modelo capitalista de sociedade, estamos e sempre estivemos onde deveríamos estar como nação periférica do capitalismo global, de acordo com Fernandes (2008²). Essa condição de atraso requer pensar em uma *autonomização* do desenvolvimento capitalista, ou seja, que para o desenvolvimento capitalista acontecer contra o dito atraso, é preciso alcançar o desenvolvimento dos países centrais, como os EUA.

Para tanto não utilizaremos o termo recentemente cunhado por Jessé Souza de uma *Elite do Atraso*¹⁹. Por mais que o sociólogo possa não ter a intenção de colocar essa elite como um grupo social que será em algum momento “atualizado” em suas próprias ações e características. Entendemos que uma elite do atraso requer uma elite do “futuro” ou uma elite do desenvolvimento, o que dentro da perspectiva do capitalismo dependente seria um grande equívoco, já que para isso é preciso romper com a dominação externa, como defendido amplamente por Fernandes. Portanto, não trataremos aqui de repetição da história, mas de um conjunto de fatores específicos que estruturam a sociedade brasileira ao longo da história.

Para Fernandes, a constituição do espírito capitalista com o advento do ideal liberal - ou algo próximo do que se pode chamar de ideal liberal no capitalismo periférico - com o esforço de um processo de perpetuação de privilégios por dentro do *circuito fechado*²⁰ das elites brasileiras, teve por consequência a dissimulação da noção de democracia burguesa. Observa que a análise de Fernandes encontra abrigo na ideia de Woods novamente.

Trata-se da fundação das estruturas da sociedade brasileira, mas também da obra em conjunto dos costumes e da dependência econômica, política e cultural. Fatores que desembocam quase sempre no campo político:

A extrema concentração social da riqueza, a drenagem para fora de grande parte do excedente econômico nacional, a consequente persistência de

¹⁹ SOUZA, Jessé. A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato. - Rio de Janeiro: Leya, 2017.

²⁰ FERNANDES, Florestan. Circuito fechado: quatro ensaios sobre o “poder institucional”. prefácio Maria Arminda do Nascimento Arruda – São Paulo: Globo, 2010.

formas pré ou subcapitalistas de trabalho e a depressão medular do valor do trabalho assalariado, em contraste com altos níveis de aspiração ou com pressões compensadoras à democratização da participação econômica, sociocultural e política, produzem isoladamente e em conjunto, consequências que sobrecarregam e ingurgitam as funções especificamente políticas da dominação burguesa (...). O capitalismo dependente e subdesenvolvido é um capitalismo selvagem e difícil, cuja viabilidade se decide, com frequência, por meios políticos e no terreno político (FERNANDES, 2008, p. 341).

Fernandes quer dizer que o ato final da trama que se inicia pelas condições econômicas impostas pelas grandes potências capitalistas; pela adaptação e sobrevivência das elites atuantes, seja no contexto social, econômico e político; irão desencadear no palco político.

Poderíamos formular um ciclo contínuo, uma espécie de círculo vicioso de uma tragédia anunciada. Porém, melhor do que isso, em nossa interpretação, o que Fernandes está indicando é uma complementação constante de fatores que, sobrepostos, constituem as camadas que servirão de alicerce para a autocracia, em substituição a uma suposta democracia; e os autoritarismos cometidos durante o decorrer da história política e social brasileira.

O que queremos afirmar é que o elemento autocrático é estrutural e contínuo; sólido e viscoso; detém a rigidez do uso da força pelo Estado e a malícia da capacidade de adaptação com grande perspicácia de agentes públicos ou privados. Por isso que para Fernandes (2008) pensar em uma elite nacional frágil seja, talvez, um equívoco.

O sociólogo explica (2008²) que conforme avança as transformações capitalistas nos países centrais, maior a necessidade de aliados externos, já que o avanço do capitalismo não costuma respeitar limites naturais e humanos. Isto é, precisa-se de aliados para realizar a continuação da expansão sem que se torne um empecilho para a acumulação de riquezas.

Fernandes também esclarece que a Revolução Burguesa no Brasil não é uma Revolução frustrada, mas um movimento condicionado a perpetuar o caráter dependente. Este movimento é por consequência - e instinto de sobrevivência - um movimento político de “criação, consolidação e preservação de estruturas de poder predominantemente políticas, submetidas ao controle da burguesia ou por ela controláveis em quaisquer circunstâncias” (FERNANDES, 2008, p. 343).

Assim conseguimos entender melhor aonde Fernandes quer chegar com a ideia de autocracia. No decorrer desta dissertação implicamos em exaustão aspectos sobre a condição de dependência do capitalismo brasileiro e de seus atores.

Essas características estão para Fernandes ligadas às ações políticas. Percebemos que para equacionar uma sociedade muito desigual; com ampla exploração da força de trabalho; condições de vida na linha ou abaixo da pobreza entre milhões de pessoas; é preciso empregar uma distinção de classe que atue com um caráter profundamente reacionário. Mas que promova um sentimento de pertencimento da população superexplorada, que culmine no conjunto de ações características do que Fernandes (1986) irá chamar de *ditadura de classe*.

De acordo com Fernandes (2008), esta é uma luta da burguesia pela sobrevivência do capitalismo e, conseqüentemente, pela sua própria sobrevivência. Trata-se, portanto, da autopreservação que falamos nos capítulos anteriores. Fernandes pôde observar de perto enquanto deputado constituinte²¹ que o idealismo que as burguesias carregavam consigo não se sustentam nesta equação. Não há espaço para o reformismo liberal ou até mesmo a absorção do liberalismo político mais arraigado²².

Assim a dominação burguesa se coloca historicamente no Brasil, através da “sua inflexibilidade e a sua decisão para empregar a violência institucionalizada na defesa de interesses materiais privados, de fins políticos particularistas; e sua coragem de identificar-se com formas autocráticas e de autoprivilegiamento” (FERNANDES, 2008, p. 345).

Isso não quer dizer, no nosso entender, que as classes dominantes brasileiras guardam em seus armários uma vestimenta própria de autoritarismo para usar quando aperta o cerco econômico ou político. Essa prática é usada constantemente, está nas fardas e no colarinho branco. Presente no dia a dia da população superexplorada, na condução para o trabalho, na reprodução do ensino precário, na difusão das notícias pelos meios de comunicação, na violência doméstica, na brutal desigualdade social, etc.

Também está no modelo de sociedade que se utiliza da institucionalidade para formar um verdadeiro padrão na perpetuação de privilégios das camadas mais abastadas do país. Buscamos na pesquisa de Lilia Moritz Schwarcz alguns dados que confirmam isso: “O estrato mais rico da população, que corresponde a apenas 1% dos brasileiros, abocanha 28% da renda nacional. Realizando uma comparação com outros países (...) nos EUA, as elites, o 1%, concentram 20% da renda, e na França, 11%” (2019, p. 128).

Esse abismo social é estimulado pelo Estado comandado pela autocracia através de uma política fiscal débil:

²¹ Florestan Fernandes foi eleito para o cargo de deputado constituinte no ano de 1986, o qual exerceu entre 1987 e 1991, passando por uma reeleição. Após decisão pessoal, principalmente por envolver a fragilização de sua saúde, optou por largar o cargo público.

²² Ver em: FERNANDES, Florestan. Nova República?. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed. 1986.

Os 10% mais ricos pagam 21% de sua renda em impostos, enquanto os 10% mais pobres pagam 32%. Os impostos indiretos consomem 28% da renda dos 10% mais pobres e apenas 10% da renda dos 10% mais ricos. Os impostos sobre herança, por exemplo, representa cerca de 0,6% da arrecadação nacional, valor baseado em alíquotas baixas e, por vezes, nem sequer aplicadas (idem, p. 130).

A manta sob o Estado nacional e democrático da citada *ditadura de classe preventiva* (1986) parte de um trato constante no cotidiano do país. É um exercício imposto pelo poder e pela medida que esse poder toma em determinadas situações, ou seja, até onde pode chegar. Na violência velada da lotação de um meio de transporte para o superfaturamento de lucros; na violência policial da bala perdida que só encontra suas vítimas em comunidades carentes, e (quase) nunca nos bairros nobres e de classe média alta.

Acima destas formas de dominação, Fernandes entende que está uma racionalidade burguesa capaz de praticar uma dupla articulação política, em suas palavras: “realista” e “pragmática” (2008). Uma espécie de “caracterização teórica da dominação burguesa e de suas influências sociodinâmicas sobre a transformação capitalista” (FERNANDES, 2008, p. 349).

As influências sociodinâmicas, ao nosso entender, estão correlacionadas com a noção que Fernandes (2008²) tem sobre o caráter dependente do Brasil. Desenvolver economicamente o país ou aprofundar algum modelo democrático liberal, não faz com que a dinâmica que opera na dupla articulação das classes dominantes seja interrompida. Há, com isso, um espaço para mudanças comportamentais pertinentes, sem deixar de lado a real função da dependência externa e da perpetuação de privilégios de classe: a acumulação capitalista.

Para alcançar seus objetivos, as classes dominantes precisam promover uma integração nacional capaz de integralizar o sentimento de pertencimento da população da forma mais universal possível, para isso é preciso: “1) integração horizontal, em sentido e em escala nacionais, dos interesses das classes burguesas; 2) probabilidade de impor tais interesses a toda a comunidade nacional de modo coercitivo e legítimo” (FERNANDES, 2008, p. 351).

Podemos observar que na concepção de Fernandes há sempre uma forma de legitimar e impor à força medidas capazes de promover de forma instintiva, quase natural, o processo intrínseco ao capitalismo de acumulação de riquezas e conseqüentemente a desigualdade social.

O fenômeno da desigualdade é tão enraizado entre nós que se apresenta a partir de várias faces: a desigualdade econômica e de renda, a desigualdade de oportunidades, a desigualdade racial, a desigualdade regional, a desigualdade de gênero, a desigualdade de geração e a desigualdade social, presente nos diferentes acessos à saúde, à educação, à moradia, ao transporte e ao lazer (SCHWARCZ, 2019, p. 126).

Mas o que nos chama mais atenção para esse entendimento de Florestan Fernandes (2008) está na legitimação das ações das *elites atuantes* do país. A utilização do Estado em conjunto com uma fração da população capaz de construir narrativas e o fomento do discurso de “interesse da nação” são o trampolim para o uso da dupla articulação citada acima, que tentam legitimar o peso imposto de uma classe sobre a outra.

Na análise marxista, legitimar as ações através da construção de narrativas, é uma característica do capitalismo na relação entre estrutura social e Estado, restando ao trabalho a representação social do indivíduo. Mas, segundo a compreensão do autor, se nos limitarmos às representações que os indivíduos fazem sobre si mesmos, mesmo se tratando de grupos sociais, acabamos por perder a análise primordial da história, através das relações materiais.

A produção das ideias, das representações e da consciência está, a princípio, direta e intimamente ligada à atividade material e ao comércio material dos homens; ela é a linguagem da vida real. As representações, o pensamento, o comércio intelectual dos homens aparecem aqui ainda como a emanção direta de seu comportamento material. O mesmo acontece com a produção intelectual tal como se apresenta na linguagem da política, na das leis, da moral da religião, da metafísica etc. de todo um povo (MARX, 1998, p. 18).

A legitimação, citada anteriormente, que vai imprimir a racionalidade burguesa, aos interesses impostos à nação, a fim de garantir uma vivência autoritária, que fará parte do nosso próximo esforço.

Para Fernandes, o capitalismo precisa se transformar constantemente, pois sua cadeia produtiva não se sustenta, seja para adaptar sua condição colonial para a neocolonial, seja para justificar a independência nacional através da adaptação do modelo produtivo. Constituindo-se como um fator primordial no decorrer histórico-social e político do país, as forças de produção capitalistas encontram novas formas de expropriação com os mesmos instrumentos (Estado, nação, desenvolvimento).

3.1 Autoritarismo: uma vocação brasileira

A vocação na política é um apelo clássico dentro das ciências sociais por uma razão bastante conhecida. Max Weber (2013) se propôs a escrever sobre o tema e, não por acaso, sua preocupação girava em torno da Ciência e da Política enquanto terminologias dotadas de vocação, sustentadas pela clareza das evidências e através da atuação e da análise ética.

Aspirar a que Weber está chamando de “vocação política” necessita exatamente essa equação, que o clássico da sociologia descreve de forma brilhante:

A política é um esforço tenaz e enérgico para atravessar grossas vigas de madeira. Tal esforço exige, a um tempo, paixão e senso de proporções. É perfeitamente exato dizer – e toda a experiência histórica o confirma – que não se teria jamais atingido o possível, se não se houvesse tentado o impossível. Contudo, o homem capaz de semelhante esforço deve ser um chefe e não apenas um chefe, mas um herói, no mais simples sentido da palavra. E mesmo os que não sejam uma coisa nem outra devem armar-se da força de alma que lhes permita vencer o naufrágio de todas as suas esperanças. Importa, entretanto, que se armem desde o presente momento, pois de outra forma não virão a alcançar nem mesmo o que hoje é possível. Aquele que esteja convencido de que não se abaterá nem mesmo que o mundo, julgado de seu ponto de vista, se revele demasiado estúpido ou demasiado mesquinho para merecer o que ele pretende oferecer-lhe, aquele que permaneça capaz de dizer “a despeito de tudo!”, aquele e só aquele tem a “vocação política” (WEBER, 2013, p. 123, 124).

A poética e apaixonada definição de Weber nos fornece a dimensão da tarefa que é o exercício da vocação política e de que é preciso perceber quais os espaços que serão ocupados por essa tarefa. Espaço físico e espaço das ideias. Refletir as ideias e projetá-las exige a necessária condição do outro em recebê-las, estar presente e as absorver. Essa conjunção é atividade condicionante da liberdade humana, como veremos adiante.

Seja através da escrita ou da retórica, quem projeta um discurso o está projetando em alguém ou um grupo de pessoas. Enquanto escrevo esta dissertação é impossível não pensar em quem irá lê-la, da mesma forma em que o agente político quer encontrar na população quem irá ouvir o seu discurso ou olhar suas ações.

Weber (2013) percebe na vocação política uma ciência, mas também uma ética. Essas duas questões precisam de um ponto de partida que podemos encontrar em outra pensadora. Hannah Arendt (2014) propõe uma reflexão sobre a função filosófica e ética da atividade política através da pergunta: *O que é liberdade?* Faremos um exercício para que

possamos pensar na hipótese de que a liberdade está em conflito constante com o que estamos chamando de uma vocação autoritária brasileira.

Arendt (2014) sustenta a ideia de que um agente político é um agente livre, por duas causalidades: pela motivação interna e pela motivação externa. A motivação interna não é suficiente para sustentar a ideia de liberdade, já que o diálogo interno do pensamento não garante a liberdade de ação. Isto é, para Arendt, liberdade e ação estão entrelaçadas, e a principal ação da atividade humana é a política. Portanto:

(...) devemos ter sempre em mente, ao falarmos do problema da liberdade, o problema da política e o fato de o homem ter o dom da ação; pois ação é política, entre todas as capacidades e potencialidades da vida humana, são as únicas coisas que não poderíamos sequer conceber sem ao menos admitir a existência da liberdade (ARENDR, 2014, p. 191).

Não é somente o tema da liberdade que irá alimentar toda a discussão sobre a vocação política, existe uma gama de aspectos que podem servir de análise. Este, entretanto, é o que avaliamos melhor concernir com o que pretendemos explicitar. Entendemos, portanto, que a liberdade está constantemente sob ameaça em um país de capitalismo dependente e uma autocracia burguesa, como o Brasil. Como também entendemos que a liberdade fornece razão à política, ou seja, sem a liberdade a política carece de sentido.

Já o pensamento interior é uma liberdade interior, e por isso não tem significação política, pois não encontra eco fora de si mesma: “Tomamos inicialmente consciência da liberdade ou do seu contrário em nosso relacionamento com outros, e não no relacionamento com nós mesmos” (idem, p. 194). Portanto, novamente, a liberdade está ligada a ação. A ação em si, independente de motivo, precisa de um objetivo, “Os homens são livres (...) enquanto agem, nem antes, nem depois; pois ser livre e agir são a mesma coisa” (idem, p. 199).

Falamos anteriormente que a liberdade precisa de espaço para encontrar eco nos espaços e nas pessoas. Arendt utiliza o termo “espaço de aparecimentos” para fundamentar a noção de liberdade:

Se entendemos então o político no sentido da *polis*, sua finalidade ou *raison d'être* seria estabelecer e manter em existência um espaço em que a liberdade, enquanto virtuosismo, pudesse aparecer. É este o âmbito em que a liberdade constitui uma realidade concreta, tangível em palavras que podemos escutar, em feitos que podem ser vistos e em eventos que são comentados, lembrados e transformados em histórias antes de se incorporarem por fim ao grande livro da história humana (idem, p. 201).

Para exemplificar o raciocínio, Arendt faz um balanço da atividade artística e da ação política. O artista, assim como o político, precisa encontrar os espaços de aparecimentos para projetar suas virtudes e questionamentos. Portanto, tudo que será projetado nestes espaços torna-se político, mesmo que não seja essa a intenção ou até mesmo não seja a ação um ato premeditado.

Florestan Fernandes também utilizou da arte para dar sentido a sua argumentação. Para o sociólogo toda poesia é política, pois consegue exprimir toda a complexidade da vida humana:

O poeta realiza a transmutação pela qual os valores de um homem, de uma geração, de uma classe, de uma sociedade e de uma civilização se interpretam e, ao mesmo tempo, se revelam em sua perpétua contradição a tudo que freie ou constranja a liberdade maior do ser e da sua consciência (FERNANDES, 1986², p. 247).

Percebe que Fernandes utiliza palavras como: *transmutação*, que sugere a transferência de uma ideia; *interpretam*, que sugere um receptor para a comunicação; a *liberdade do ser*, ou seja, do indivíduo atuar como um ser livre; e da *consciência*, que para Arendt (2014) viria antes da ação, portanto, uma condição fundamental da liberdade. Podemos afirmar com isso, que tanto para Arendt, quanto para Fernandes, o poeta que consegue externar sua inquietação interna pelas palavras, está agindo, mesmo que inconscientemente, por um propósito.

Fernandes defende que a poesia consegue desnudar uma “capitulação passiva” (1986², p. 248). Da mesma forma que vimos no capítulo anterior que o *habitus* em Bourdieu precisa de uma aceitação social, uma naturalização da atividade humana, a capitulação passiva é a normalização de práticas opressoras.

Tem a função de dissociar da realidade as formas de poder e persuasão de quem detém o poder, de acordo com Fernandes (1986²). Portanto, a poesia, torna-se um vetor de elucidação da verdade, “ela põe a nu a verdade que se oculta ideologicamente à consciência dos opressores e dos oprimidos e impele os últimos a enfrentar sua condição humana real” (FERNANDES, 1986², p. 248).

Entendemos que a vocação política e a expressão artística precisam da liberdade para externar uma ideia. Com isso, podemos continuar o nosso exercício com o entendimento de que a não-liberdade - ou supressão da liberdade - está diretamente ligada à supressão da atividade política e artística, atividades fundamentalmente humanas.

A poesia, em Fernandes, é o devir da verdade, o lugar onde dissocia a realidade das funções opressoras do poder. Isto é, a expressão artística é capaz de revelar à sociedade complexidades incapazes de serem percebidas sem a compreensão lúdica da realidade que, neste caso, utiliza de argumentos nebulosos e mentirosos para projetar-se como algo factível: “somos postos diante de um regime político complexo que cultiva a violência em sua carga ou intensidade máximas, o que erige a mentira e a ditadura em necessidades históricas inexoráveis” (FERNANDES, 1986², p. 249).

Contudo, na nossa interpretação: a liberdade é a combinação da vontade imaginada com a possibilidade da mesma vontade ser realizada; ou da possibilidade que a vontade encontra na sociedade de ser realizada. Não basta somente querer, tem que ter condições de realizar, o que geralmente pressupõe um poder. “A liberdade política (...) consiste em poder fazer o que se deve querer” (idem, p. 209).

Florestan esclarece que não se trata apenas de defender a ‘liberdade’ e a ‘democracia’. Porém, de pôr em evidência que a sociedade de classes engendrada pelo capitalismo na periferia é incompatível com a universalidade dos direitos humanos: ela desemboca em uma democracia restrita e em um Estado autocrático-burguês, pelos quais a transformação capitalista se completa apenas em benefício de uma reduzida minoria privilegiada e dos interesses estrangeiros com os quais ela se articula institucionalmente (CARDOSO, 1995, p. 8).

No seu esforço de fazer *Apontamentos sobre a teoria do autoritarismo*, Fernandes (2019) formula seu raciocínio partindo da crítica de que o liberalismo absorve abusos de poder do Estado. Para a formulação de um conceito do autoritarismo, Fernandes propõe um exercício, sem pretensão de formular respostas concretas. Apenas uma tentativa de promover um tema tão caro para a sociedade brasileira. Não por acaso, este mesmo tema foi disciplina ministrada pelo próprio professor no ano de 1977 na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

Assim sendo, que o ideal liberal parte da premissa da liberdade fundamental do indivíduo nós já sabemos. O que nos cabe questionar é se na democracia liberal representativa que sustenta a forma de produção capitalista, este mesmo ideal é posto em prática.

Levando em consideração tudo o que discorremos durante esta dissertação, podemos concluir, sem precisar de maiores considerações, que no capitalismo periférico, respaldados na intenção de Fernandes, não há possibilidade de se colocar em prática uma democracia liberal efetiva.

Fernandes entende ser importante fazer ressalvas sobre o termo:

Tanto autoritarismo pode designar uma “variação normal” (no sentido de ditadura técnica, em defesa da democracia), quanto pode se confundir com a uma compulsão ou disposição “universal” de exacerbação da autoridade (de uma pessoa ou de um grupo; dentro da democracia ou fora dela). O que permite aplicar o termo autoritarismo em conexão com qualquer regime, em substituição ao conceito mais preciso de ditadura como sinônimo de totalitarismo ou como qualificação para variações de regimes autoritários (FERNANDES, 2019, p. 43).

Esse questionamento de Fernandes pode ser interessante, pois evidencia uma dicotomia. A democracia imperante no mundo ocidental é a democracia liberal representativa, que no entendimento do autor é uma democracia burguesa. Como dissemos em várias oportunidades, há neste entrelaço a combinação entre capitalismo e democracia. Na tradução da teoria de Fernandes: capitalismo periférico e autocracia burguesa.

Isso nos coloca de volta ao tema da liberdade, pois se entendemos, assim como Fernandes, de que essa combinação constitui uma autocracia burguesa, conseqüentemente constituímos uma nação através de uma forte desigualdade social, econômica e cultural. Portanto, o elemento autoritário emerge no próprio seio da sociedade brasileira, “a liberdade e a igualdade são meramente formais” (idem, p. 45).

Fernandes (2019) entende que conforme as classes dominantes passam da condição de revolucionárias (o que no contexto brasileiro merece muitas ressalvas apresentadas nos capítulos anteriores) para possuidores dentro ordem social competitiva. O que antes se consolidava como um direito revolucionário, se transforma, e adota uma ordem liberal, porém conservadora, admitindo a partir disso uma ideologia reacionária. Conforme esse movimento se consolida “o componente e as tendências autoritárias crescem não aritmeticamente, mas dialeticamente” (idem, p. 46).

Essa observação é interessante. Por vezes buscamos conclusões sobre as diferentes possibilidades que o Brasil tem de aprofundar as relações autoritárias com dados e números, que podem nos ser úteis, mas também acabam por camuflar um ponto importante do debate. Fernandes (2019) está afirmando que as tendências autoritárias constituem uma dialética de expansão e perpetuação. Com isso, podemos dizer que há no vir a ser da classe dominante brasileira um sentimento que se retroalimenta na teia social do país como um todo. Uma constante reificação do ser e agir autoritário, respaldado pelas instituições e reproduzido pela intenção de “justiçamento” penetrado no imaginário da sociedade como um todo.

A constituição de um ideário liberal atinge, inclusive, as análises sobre a própria constituição de uma democracia liberal, para Fernandes:

A “reificação”, a “mistificação” e “fetichismo” limitam ou eliminam o ponto de vista científico na análise política. De um lado, porque o analista não expurga a carga ideológica de sua perspectiva de interpretação. De outro porque, mesmo que ele quisesse fazê-lo, ao se identificar com a “democracia liberal” ele fica prisioneiro das limitações insanáveis da consciência burguesa (FERNANDES, 2019, p. 46).

Entendemos com isso que há uma tentativa de Fernandes em se opor a análise da democracia liberal que tenta naturalizar o aspecto da liberdade, mesmo que o próprio ideal liberal tenha alcançado conquistas importantes nesse sentido. Por isso, podemos afirmar que o “conceito aproximado” das relações de autoridade que Fernandes tenta desenvolver não absorve maiores considerações de aspectos levantados principalmente pela ciência política como²³: *accountability eleitoral*, *accountability interinstitucional*, *accountability horizontal*, etc.

Na visão de Fernandes estes pontos podem servir como instrumentos de legitimação de um modelo de autocracia, disfarçado de democracia, que constitui na prática a democracia liberal representativa. O que para nossa intenção não se apresenta tão relevante, mas que pode gerar um debate acalorado dentro das ciências sociais.

Outro ponto que consideramos importante levantar sobre o intento de Fernandes é a função do Estado. Assim como a carga ideológica da sociedade capitalista implica uma análise distorcida sobre os agentes, há no âmbito do Estado uma função não só ideológica de normalização da vida burguesa, mas o empenho da força para a consolidação das intenções das elites que dominam as estruturas.

Fernandes (2019) explica que há uma espécie de monopólio da vida, principalmente após o declínio da URSS. Este monopólio conferiu ao poder estatal total assimilação das condições de vida impostas pelas classes dominantes capitalistas. Por isso Fernandes afirma que tanto a estrutura social e a história se enlaçam, pois “quando as relações autoritárias se exacerbam, a estrutura ganha saliência, o que é mais profundo vem à tona e revela a face burguesa da imposição da autoridade” (idem, p. 53).

Essa face burguesa da autoridade pode ser identificada por Schwarcz (2019) em alguns aspectos levantados em sua recente obra. Já citada por nós em algumas oportunidades, *Sobre o autoritarismo brasileiro*, levanta temas que em conjunto denotam para a autora a constituição do que está chamando de autoritarismo brasileiro, como: escravidão e racismo;

²³ Ver em: Morlino, Leonardo. Qualidades da democracia: como analisá-las. Soc. E Cult., Goiânia, v. 18, nº 2, p. 177-194, Jul./Dez. 2015.

O'Donnell, Guilherme. Accountability horizontal e novas poliarquias. Lua Nova. nº 44- 98. p. 27-52.

mandonismo; patrimonialismo; corrupção; desigualdade social; violência; raça e gênero; intolerância.

Discorrer sobre cada tema levantado por Schwarcz (2019) seria um esforço desnecessário, visto que já fizemos no decorrer desta dissertação apontamentos sobre alguns deles. Optamos, então, utilizar de forma breve dois temas: violência e intolerância; à medida que entendemos que além de contribuir para a contextualização sociohistórica que empenhamos, vem a calhar com o atual momento brasileiro, além de levantar aspectos comparativos interessantes para o tema da liberdade.

Recentemente foi publicado o *Atlas da Violência*²⁴ 2018, usado amplamente por Schwarcz (2019), e que pode nos auxiliar com alguns dados sobre esse tema no Brasil. Entre 1980 e 2016 morreram cerca de 910 mil vítimas de armas de fogo. No ano de 2016 os homicídios oriundos de armas de fogo chegaram a 71,1% do total de homicídios no país.

Schwarcz (2019) mostra que o *Instituto Sou da Paz* fez um levantamento em que aponta cerca de seis armas são vendidas por hora no país. O número de licenças para pessoas físicas cresceu assustadoramente, em 2004 foram 3029 licenças no ano, passando para 33031 em 2017. De janeiro a agosto de 2018 foram comercializadas 34731 armas no país. Conseqüentemente 123 pessoas morrem por dia vítimas de arma de fogo e somente em 2014 foram registradas 44861 vítimas.

Os números assustam, e o Estado não passa à margem disso. Em 2018, uma pesquisa feita pelo *Fórum Brasileiro de Segurança Pública* mostra que 62% dos moradores de cidades com mais de 100 mil habitantes não se sentem mais seguros com a presença da polícia: “A polícia, nos casos em que age com violência, perde seu lugar como força de proteção dos cidadãos, deturpando-se os princípios que deveriam nortear sua atuação” (SCHWARCZ, 2019, p. 157).

Por outro lado, a polícia que muito mata, também é uma polícia que muito morre. O sentimento de medo e dominação andam de mãos dadas. Somente em 2017, 385 policiais foram assassinados no país.

Não é por acaso que retratamos a história do país, sob o julgo de Florestan Fernandes, como um processo profundo de desigualdades, preservação de poder e privilégios, usurpação de direitos, etc. Porém, não será só a história que nos dará respostas, o presente, frente aos dados apresentados, repercute a continuidade de características. Mudam-se

²⁴ Ver em: www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=33410&Itemid=432 <visto em: 25/08/2019>.

processos, grupos sociais, formas de dominação, mas o padrão de violência, medo e insegurança é mantido.

Nossa tarefa é, contudo, contribuir para a desmitificação da passividade brasileira:

Medo e insegurança são sensações reais, as quais aparecem refletidas nos dados de pesquisas nacionais e internacionais que registram o Brasil como um dos países campeões de violência urbana. Tais sensações também aparecem expressas no número de eleitores que em 2018 associaram o tema da segurança a candidatos que prometeram respostas instantâneas e que implicam o uso de mais coerção por parte do Estado (idem, p. 161).

A violência vigente no passado e no presente do país é, em muitos casos, justificada pela construção de um inimigo em potencial. Sempre houve a tentativa de justificar o domínio através de uma narrativa que emprega inclusão por um lado, e submissão por outro, “de um lado a tentativa de aniquilamento, de outro a justificativa do necessário domínio” (idem, p. 208).

Apesar da narrativa condizer com a verdade, ou seja, introduzindo o argumento de que existem aqueles que precisam ser domados, controlados ou até mesmo eliminados, há também um esforço pela negação da intolerância e uma tentativa de naturalização da intolerância no país em um debate mais atual:

A negação da violência e da intolerância com o ‘outro’, aquele que é diverso, a partir de um ‘verniz’ que justifica a dominação, e até a elogia, ao mesmo tempo que a encobre e minimiza. Talvez por isso, durante tanto tempo existiu quem definisse a escravidão no Brasil como a ‘melhor’, quando não é possível conceber um sistema como esse de maneira positiva ou ‘mais’ positiva; o racismo por aqui vigente como ‘menos perverso’, mesmo diante de índices que revelam o oposto; a convivência de gêneros como ‘idílica’, a despeito da violência que a acompanha; a relação com os indígenas enquanto ‘amistosa’, apesar de nossa história mostrar o contrário; e até a nossa ditadura militar como uma ‘ditabranda’ (SCHWARCZ, 2019, p. 210).

Não seria forçoso levantar novamente o pensamento de Fernandes sobre a democracia no Brasil, e propor alguns questionamentos: estamos naturalizando, pelo “verniz” da ideia de democracia liberal representativa, as limitações que a fazem não conseguir promover uma democracia efetiva para todos? Existe, no contexto brasileiro descrito por Florestan Fernandes, a possibilidade de se avançar na demanda por direitos sociais e igualdades diversas? Estamos, como cientistas sociais, partindo da análise científica crítica ou nos acomodando para não sofrer retaliações quando propomos um modelo de sociedade

diferente do que pressupõe o sistema capitalista? Essas perguntas não são provocações. Partem de um conjunto de questionamentos surgidos ao longo da pesquisa.

Esse conjunto de fatores somados, apresentados por Florestan Fernandes e Lilia Moritz Schwarcz, coloca em perspectiva uma contradição interessante que denota encarar “o capitalismo recente em termos das forças sociais que ‘enfrentam o desmoronamento’, com vistas a consolidar a defesa da ordem existente e a sua reprodução” (FERNANDES, 2019, p. 55).

Com isso é preciso enfatizar que há de forma constante uma tentativa das elites em perpetuar as condições de privilégios a qualquer custo. Não por acaso, que assim como procuramos fazer ao longo da pesquisa, Fernandes (2019, p. 65) indica a obra de Wright Mills como um bom instrumento de análise na organização para a reprodução de uma sociedade desigual. Na nossa interpretação, privilégio e intolerância agem como aliados na perpetuação da desigualdade e do autoritarismo no Brasil.

Os mecanismos de comunicação de massa suplementam, prolongam e aprofundam os efeitos da socialização básica do conformismo produzida pela educação pré-escolar e escolar, sem eliminar, contudo, as áreas de tensão e conflito que nascem do caráter antagônico das relações de classe (idem, p. 64).

Fernandes está afirmando que junto com a comunicação e a baixa qualidade da produção escolar não há muito espaço para os questionamentos necessários que poderiam mudar profundamente as relações sociais. Para o sociólogo, o capitalismo avançou de tal maneira e se adaptou de forma tão eficaz que a sua capacidade de autodefesa pode ser mais rígida, e mesmo assim não sofrerá grande resistência por parte das camadas mais populares.

Isso reforça uma das perguntas que fizemos anteriormente, pois é possível que estejamos naturalizando formas de convivência autoritárias por respaldar uma democracia representativa liberal na teoria.

Fernandes reforça:

O que é *racional* para o capitalismo, o seu fortalecimento e a sua sobrevivência acaba sendo *racional* para o homem em geral e para a *defesa da civilização*. Como no mundo da sociedade primitiva, o bárbaro é o *outro* e o outro vem a ser a ameaça externa (ou interna) do ‘comunismo’ (idem, p. 65).

Não faltam, portanto, ameaças externas e internas conforme avança o capitalismo. A intolerância mais uma vez é um vetor de reprodução de desigualdades e relações autoritárias.

Vejamos como as definições de Florestan Fernandes e Lilia Schwarcz se aproximam:

Muitos movimentos autoritários emergentes da atualidade apoiam-se na criação de verdadeiras mitologias de Estado, pautadas na lógica da polaridade: do “eles” e do “nós”. Ou melhor, do “eles contra nós” e do “nós contra eles”. Essas são posturas que apostam na dicotomia e na rotinização de diferenças fortuitas, produzindo novas realidades (SCHWARCZ, 2019, p. 212).

Se para Fernandes estava em evidência o perigo externo e interno dos “comunistas”, para Schwarcz, além dos comunistas, está a mulher, o negro, o pobre, o gay, que junto de outras minorias sociais, são taxados de preguiçosos, vulgares, corruptos, ideólogos. Parasitas sociais que estão no país para fazer balbúrdia²⁵, e devem ser controlados, presos, proibidos, exilados²⁶, e quem sabe, eliminados.

Para Fernandes (2019), de certa maneira, a ideia largamente projetada de que o caminho único de concepção de uma democracia forte é através de uma ordem social competitiva, além de limitar os horizontes humanos, coloca em risco a própria ideia de democracia. Já que fora desse espectro entre “capitalismo do Estado parlamentar e do liberalismo” (FERNANDES, 2019, p. 69) a possibilidade de uma humanidade livre é de pronto suplantada.

Resta, com isso, somente o *outro*, reforçado por Schwarcz, o inimigo a ser combatido. Fernandes conclui: “Portanto, a partir dessa realidade, que é pedagógica, ideológica e política, estamos dentro da órbita do pensamento conservador” (idem, p. 69).

Portanto, a ideia levantada sobre uma possível vocação autoritária brasileira, serviu como um exercício para pensar como estamos lidando, ao longo do tempo e não somente hoje, com o tema do autoritarismo. Esse verdadeiro circuito de ódios e afetos, é fator condicionante das instituições e das relações sociais no país.

Não tivemos a intenção de trazer respostas para os questionamentos levantados, apenas buscamos na teoria sociológica de Florestan Fernandes, com a complementação de outras pensadoras e pensadores, trazer à luz um tema que por muito tempo foi colocado à

²⁵ Em alusão ao termo pejorativo utilizado pelo atual Ministro da Educação Abraham Bragança de Vasconcellos Weintraub ao se referir sobre o que ocorre dentro das dependências das universidades públicas no país, no corrente ano de 2019.

²⁶ Em referência à ameaça direta proferida pelo atual presidente da República Federativa do Brasil, Jair Messias Bolsonaro, em discurso na Avenida Paulista, principal via da cidade de São Paulo, no dia 21 de outubro de 2018, dois dias antes da realização do segundo turno das eleições presidenciais. Na ocasião, Jair Bolsonaro ameaça os “marginais vermelhos” (oposição de esquerda) ao exílio do país ou à “ponta da praia” (referência as dependências da Marinha do Brasil onde eram praticadas torturas e mortes durante a ditadura empresarial militar, 1964 – 1985).

margem. Mas que agora, por razão inclusive da ascensão de ações autoritárias de forma mais explícita, nos tirou da zona de conforto para, enfim, encarar esse problema, que não é só brasileiro, mas toca no âmago de nossa formação social.

Considerações finais

Apresentamos no decorrer desta dissertação interpretações sobre a obra de Florestan Fernandes. No início da pesquisa a intenção se dava em ter um olhar atento sobre a visão que o sociólogo desenvolveu sobre a condição de dependência do capitalismo e da democracia no país. Porém, com o levantamento de algumas obras, observamos que nesta equação brasileira Fernandes não está convencido de que temos uma democracia plena.

O sociólogo coloca em voga condições sociais que não fazem parte, segundo seu pensamento, de um organismo social democrático. Não se trata, portanto, apenas de uma fragilização institucional do conjunto da sociedade, mas, principalmente, das relações de superexploração, dominação de uma classe sobre outras, e pauperização da vida cotidiana. Fracasso institucional e social são fatores que se retroalimentam na condição de dependência do país.

A condição dependente do capitalismo brasileiro e a capitulação das elites desta condição são fatores bem esclarecidos no pensamento do autor, que procuramos apresentar até aqui. Estamos mergulhados em um contexto econômico, cultural e político que nos coloca em constante contradição com os princípios democráticos que norteiam as obras de Fernandes.

Podemos, contudo, afirmar que estas contradições estão no próprio sentido de ser da democracia vigente. Como o autor sinaliza em suas obras, além das contradições de nossa democracia, não há espaço sequer para reformas liberais que tornem a vida da população pobre mais digna, ou menos degradante. A insígnia da superexploração, e a sua reificação, é uma característica constante da dependência e da autocracia brasileira.

Observando a obra de Fernandes e a crise pela qual passa atualmente o modelo democrático liberal e representativo, com exemplos em vários lugares do mundo. Não seria nenhum exagero colocarmos em dúvida a viabilidade deste modelo - não somente no contexto de um capitalismo periférico, mas também nos centros do capitalismo global.

Se partirmos desta premissa, de que há de fato uma crise de identificação com a representatividade da democracia liberal, e utilizando dos preceitos pautados por Fernandes, podemos propor dois questionamentos: 1) Antes da crise ser necessariamente da democracia representativa, esta crise é, por conjunção da sua própria razão de ser, uma crise do capitalismo; 2) partindo da ideia de crise democrática, coube à extrema-direita ocupar o lugar de radicalização contrária à representação hegemônica dentro do espectro representativo, ou seja, há uma mudança de rumo corrente do pensamento popular sobre quais os predicados necessários para esta representação.

O que propomos nesta última parte do nosso esforço é um momento de inflexão do entendimento de Fernandes sobre a sociedade brasileira apresentado até aqui, e uma reflexão sobre o reconhecimento dos indivíduos dentro do capitalismo periférico.

Para ilustrar essa intenção, utilizaremos um breve exemplo. No dia 03/09/2019, se espalhou pelas redes sociais um vídeo²⁷ ilustrativo do fracasso institucional e social brasileiro, que nos fornece elementos para pensar o reconhecimento dos indivíduos neste espectro.

O vídeo em questão se passa na Cidade de Deus, uma das muitas comunidades da cidade do Rio de Janeiro. A cena apresenta um cenário de muita pobreza, são barracos habitados por moradores, casas construídas de tapumes e placas; a rua sem calçamento ou escoamento de dejetos, isto é, não existe na localidade saneamento básico. Cenário de degradação que não é difícil de imaginar.

O veículo de combate da Polícia Militar do Rio de Janeiro, popularmente conhecido como caveirão, entra pelas vielas desta localidade sem tomar conhecimento das casas. As vielas são tão estreitas que não existe espaço suficiente para que o veículo passe. O que ocorre é que o veículo derruba, uma após outra, as casas de pessoas colocadas em situação de extrema pobreza: crianças choram vendo suas casas sendo destruídas, enquanto homens e mulheres gritam para que a ação autoritária dos agentes de repressão do Estado pare.

Propomos o exercício de contextualizar os aspectos que rondam a cena. No caso, temos uma localidade de uma comunidade em situação de extrema pobreza; há, com isso, clara ausência de ações sociais do Estado, não existe saneamento ou calçamento nas ruas e casas; a forma de atuação do Estado parte de uma ação de repressão contra pessoas em condições de pauperização, o Estado age, por intermédio do uso legítimo da força (no sentido weberiano) através da PM, para atribuir aquelas pessoas à marginalidade e à condição de desumanização; a ação dos agentes públicos é também uma ação desumanizadora, pois parte de um princípio da militarização da ação que visa eliminar um suposto inimigo, o que colocado nesse contexto, só se justifica pela pobreza e pela incapacidade organizativa de defesa.

Nos propomos com esta dissertação entender os aspectos estruturais e comportamentais que levam o país ainda passar por situações como essa. Mas agora, queremos colocar, além destes aspectos, como o indivíduo reage a uma sociedade incapaz de reconhecê-lo como sujeito. Um breve exercício que não tem intenção de maiores conclusões, apenas considerações que visam contribuir para o tema.

²⁷ Ver em: <https://globoplay.globo.com/v/7895413/> <visto em: 06/09/2019>.

Thomas Hobbes²⁸, em *Leviatã*, afirma: “de todas as paixões, a que menos faz os homens tender a violar as leis é o medo. Mais: excetuando algumas naturezas generosas, é a única coisa que leva os homens a respeitá-las”. Pensamos que a equação: violência; miséria; falta de perspectiva; ausência de um vetor de humanização. Faz o indivíduo reagir sobremaneira a essas condições.

Propomos agora um breve diálogo entre dois expoentes do pensamento filosófico: o brasileiro Vladimir Safatle e o norte americano Noam Chomsky. Safatle entende que,

quando sociedades se transformam, abrindo-se à produção de formas singulares de vida, os afetos começam a circular de outra forma, a agenciarem-se de maneira a produzir outros objetos e efeitos. Uma sociedade que desaba são também sentimentos que desaparecem e afetos inauditos que nascem. Por isso, quando uma sociedade desaba, leva consigo os sujeitos que ela mesma criou para reproduzir sentimentos e sofrimentos (2018, p. 16).

Isso quer dizer que além de produzir condicionantes sociais, há em sociedade condições coletivas que transformam também os afetos dos sujeitos. Isto é, a forma não só de reconhecimento social, mas também de elevação do sujeito como cidadão ou não-cidadão.

O medo para Safatle (2018) é uma forma de afeto político que caracteriza o comportamento das pessoas em situações de enfrentamento. Situações que se tornam comuns em sociedades de amplos conflitos sociais, como a brasileira. A ideia do filósofo é de que “o medo como afeto político central é indissociável da compreensão do indivíduo, com seus sistemas de interesses e suas fronteiras a serem continuamente defendidas, como fundamento para os processos de reconhecimento” (idem, p. 17).

Trabalhamos no terceiro capítulo com a ideia de liberdade, para dar contexto ao que entendemos como uma forma de vocação autoritária brasileira. Safatle (2018) entende que uma sociedade liberal pressupõe que a liberdade individual parte da identificação do indivíduo como sujeito de desejos, e que esses desejos são definidos sob contratos, obrigações e limitações.

Essa noção contratualista de sociedade “eleva a pessoa à figura fundamental da individualidade social (...)”. E conclui, “Por isso, não seria equivocado afirmar que sistemas políticos que se compreendem como fundamentados na institucionalização de liberdades individuais são indissociáveis da gestão e produção social do medo” (2018, p. 17).

²⁸ Apud: SAFATLE, 2018; HOBBS, Thomas. *Leviatã*, trad. João Paulo Monteiro e Maria Beatriz N. da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 253.

As famílias repreendidas pelo caveirão da PM do Rio de Janeiro não constituem sua liberdade por não estar inseridas no contexto do que Fernandes chamou de ordem social competitiva. Estão à margem das possibilidades e das oportunidades da sociedade capitalista, e com isso, tornam-se frente aos olhos do Estado, não-sujeitos, ou sujeito não dotados de direitos.

Este fator nos faz pensar além das conexões institucionais e estruturais. Nos coloca em posição de observar o indivíduo sujeito ao medo constante, “compreender a vida social para além desse horizonte emergencial será, necessariamente, colocar em questão o modo de reconhecimento que determina os sujeitos como indivíduos e pessoas” (idem, p. 18).

Noam Chomsky também parte dos aspectos cognitivos e individuais do sujeito, mas também propõe que, “os humanos são seres sociais, e o tipo de criatura que nos tornamos depende crucialmente das circunstâncias sociais, culturais e institucionais de nossas vidas” (2019, p. 94).

Por isso Chomsky, assim como Safatle, parte da ideia de liberdade e do ideal do liberalismo para entender como nos colocamos como sujeitos sociais. Chomsky afirma que “o liberalismo clássico atolou nos bancos de areia do capitalismo” (idem, 96). Ou seja, ainda que tenhamos boa vontade com a noção clássica do ideal liberal, não há na sociedade atual, a realização da liberdade como uma construção social diversificada e humana. O que nos coloca de frente com a questão do bem comum para Chomsky:

A preocupação com o bem comum deveria nos impelir a buscar formas de superar o impacto maligno dessas políticas desastrosas, do sistema educacional às condições de trabalho, proporcionando oportunidades para que se exerça o entendimento e se cultive o desenvolvimento humano na mais rica diversidade (idem, 95).

A preocupação do Linguista é com o desenvolvimento humano em um contexto de bem comum deturpado pelos rumos tomados pelo modelo de sociedade capitalista. Em confluência com Safatle tenta observar a reação do indivíduo à própria construção do indivíduo pelo social.

Portanto, no pensamento de Safatle e Chomsky, há um sujeito absorvendo capacidades pouco sociáveis e afetos individualizantes, ao mesmo tempo em que o Estado, como instituição dotada de sua própria representação, não confere com suas competências protetivas e assistenciais de humanização. Ou seja, o desamparo se une a essa composição: “Estar desamparado é deixar-se abrir a um afeto que me despossei dos predicados que me

identificam (...). Um corpo político produzido pelo desamparo é um corpo em contínua despossessão e des-identificação de suas determinações” (SAFATLE, 2018, p. 21).

Não é forçoso afirmar que esse exercício que fizemos até aqui, passando pelas interpretações do entendimento de Fernandes sobre o capitalismo dependente, a autocracia burguesa, e as constituições do autoritarismo no Brasil, de que sujeitos inseridos em um contexto de violências objetivas e subjetivas, reajam também, através da violência. Ou por outra perspectiva, tenham consigo a preservação individual e protetiva através da não reação.

Vimos que na obra de Fernandes, e sobre o que discorremos ao longo desta dissertação, há uma classe dominante alijada por interesses próprios, sem capacidade empática de reflexão sobre a condição de miséria da população; esta mesma classe não se enxerga como parte desta condição dependente, e muito menos, tem capacidade ou intenção de se enxergar como parte de um contexto social degradante e sem muitas opções de reversão; não há, por parte das elites brasileiras, a necessidade de se colocar à frente da condição dependente como passo de se libertar da posição subalterna sobre as potências centrais do capitalismo global.

Como Fernandes pressupõe, há neste embaraço, uma condição psicossocial de dependência, capaz de tornar a visão de mundo de um milionário norte-americano ou um lorde inglês, a mesma das elites brasileiras. O que não parte de um princípio de emancipação, ao contrário, é uma condição subserviente não só pela condição econômica, mas, principalmente, cultural.

Entendemos que este último exercício se fez necessário para pensar no contexto brasileiro. Nos últimos anos, estamos diante de uma ascensão de ações autoritárias; fragilização de instituições; pauperização da vida; esvaziamento da noção de bem comum; e desumanização de segmentos sociais. Compreendemos que o Brasil, neste contexto, pode ser considerado um barril de pólvora prestes a ser aceso, no qual os desdobramentos são difíceis de prever.

Bibliografia

- ARENDDT, Hannah. Entre o passado e o futuro. Tradução: Mauro W. Barbosa. São Paulo: Perspectiva, 2014.
- ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. “Revisitar Florestan”. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo [ANPOCS], ano 11, n. 30, p. 11- 15, fev, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. In: *Capítulo I: Sobre o Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A. 1989.
- CAMACHO, Thimoteo. Florestan Fernandes e as Ciências Sociais no Brasil. Revista Estudos de Sociologia. São Paulo – UNESP, v. 5, nº 8, 2000.
- CARDOSO, Miriam Limoeiro. Capitalismo Dependente, Autocracia Burguesa e Revolução Social em Florestan Fernandes. Instituto de Estudos Avançadas da Universidade de São Paulo (IEA/USP). 1995.
- CHOMSKY, Noam. Que tipo de criaturas somos nós?; tradução: Gabriel de Ávila Othero e Luisandro Mendes de Souza. – Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2018.
- DE OLIVEIRA, Giuliano Contento; VAZQUEZ, Daniel Arias. Florestan Fernandes e o capitalismo dependente: elementos para a interpretação do Brasil. OIKOS - Rio de Janeiro. Volume 9, nº 1, 2010. p. 137-160.
- FAORO, Raymundo. Os donos do poder. Porto Alegre: Globo, 1984.
- FERNANDES, Florestan. A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica; prefácio José de Souza Martins. – 5. Ed. – São Paulo: Globo, 2006. 2ª reimpressão, 2008.
- _____. Apontamentos sobre a “Teoria do Autoritarismo”. 1. Ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2019.
- _____. Circuito fechado: quatro ensaios sobre o “poder institucional”. prefácio Maria Arminda do Nascimento Arruda – São Paulo: Globo, 2010.
- _____. Ensaios de sociologia geral e aplicada. A análise sociológica das classes sociais, Cap. 2. Ed. Livraria Pioneira, 1971.
- _____. Nova República?. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 3 ed, 1986.
- _____. O negro no mundo dos brancos; apresentação: Lilia Moritz Schwarcz. – 2. Ed. revista – São Paulo: Global, 2007.
- _____. Poder e contrapoder na América Latina. 3ª ed. – Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

- FERNANDES, Florestan. Que tipo de República?; Prefácio de Antônio Cândido. Editora Brasiliense, 1986².
- _____. Significado do protesto negro. 1 ed. – São Paulo: Expressão Popular co-edição Editora da Fundação Perseu Abramo., 2017.
- _____. Sociedade de classes e subdesenvolvimento; apresentação Paul Singer. – 5. Ed. rev. – São Paulo: Global, 2008².
- FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional: Publifolha, 27^a ed., 2000 [1959].
- HONNETH, Axel. O direito da liberdade. Tradução: Saulo Krieger. São Paulo: Martins Fontes, 2015.
- IANNI, Octavio. “A sociologia de Florestan Fernandes”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo [ANPOCS], ano 11, n. 30, p. 23-28, fev, 1996.
- KARL, Marx. A ideologia alemã/ Karl Marx e Friedrich Engels; Introdução: Jacob Gorender; Tradução: Luiz Claudio de Castro e Costa. – São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- MACIEL, Fabrício. O BRASIL-NAÇÃO COMO IDEOLOGIA: A construção retórica e sócio-política da identidade nacional. – São Paulo: Annablume; 1.ed. 2007.
- MAQUIAVEL, Nicolau. O Príncipe. Escritos políticos. Os pensadores IX. Tradução: Lívio Xavier. Editora: Abril, 1973.
- MARTINS, José de Souza. “Florestan Fernandes: ciência e política, uma só vocação”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo [ANPOCS], ano 11, n. 30, p. 15-22, fev, 1996.
- MILLS, C. Wright. A elite do poder. Tradução: Waltensir Dutra. 3^a ed. – Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.
- MORLINO, Leonardo. Qualidades da democracia: como analisá-las. *Soc. E Cult.*, Goiânia, V. 18, N. 2, P. 177-194, Jul./Dez. 2015.
- O’DONNELL, Guilherme. Accountability horizontal e novas poliarquias. *Lua Nova*. N^o 44-98. P. 27-52.
- SANTOS, Boaventura de Souza. A difícil democracia: reinventar as esquerdas. – 1. Ed. – São Paulo: Boitempo, 2016.
- SAFATLE, Vladimir. O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo. 2. Ed. ver.; 4. reimp. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. Sobre o autoritarismo brasileiro. 1^a ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SOUZA, Jessé. A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.

_____. A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato. - Rio de Janeiro: Leya, 2017.

_____. A radiografia do golpe: entenda como e por que você foi enganado. – Rio de Janeiro: LeYa, 2016.

_____. A tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite. – São Paulo: LeYa, 2015.

WEBER, Max. Ciência e política: duas vocações. Prefácio: Manoel T. Berlinck; Tradução: Leonidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota. – São Paulo: Editora Cultrix, 2013.

WOOD, Ellen Meiksins. Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico; tradução: Paulo Cezar Castanheira. – São Paulo: Boitempo, 2011.